

DETALHAMENTO DOS SUBPROGRAMAS DO
PLANO NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS

PROGRAMA II

DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL DA GESTÃO INTEGRADA DE RECURSOS HÍDRICOS NO BRASIL

- ORGANIZAÇÃO E APOIO AO SINGREH
- APOIO À ORGANIZAÇÃO DE SEGRHS
- ADEQUAÇÃO, COMPLEMENTAÇÃO E CONVERGÊNCIA DO MARCO LEGAL E INSTITUCIONAL
- SUSTENTABILIDADE ECONÔMICO-FINANCEIRA DA GESTÃO DE RECURSOS HÍDRICOS



BRASÍLIA-DF, OUTUBRO/2007

Componente: Desenvolvimento da Gestão Integrada de Recursos Hídricos no Brasil

Programa: II – Desenvolvimento Institucional da Gestão Integrada de Recursos Hídricos no Brasil

O Programa “Desenvolvimento Institucional da Gestão Integrada de Recursos Hídricos no Brasil”, inserido no Componente de Desenvolvimento da Gestão Integrada de Recursos Hídricos no Brasil é composto por quatro subprogramas. Os dois primeiros subprogramas “*Organização e apoio ao Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos - SINGREH*” e “*Apoio à Organização de Sistemas Estaduais de Gerenciamento de Recursos Hídricos – SEGRHs*” contemplam ações voltadas à implantação da Política Nacional de Recursos Hídricos e à consolidação do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, que compreende os respectivos sistemas estaduais. Os dois últimos subprogramas, “*Adequação, Complementação e Convergência do Marco Legal e Institucional*” e “*Sustentabilidade Econômico-financeira da Gestão de Recursos Hídricos*”, estão voltados à promoção de ajustes na base legal que rege a gestão de recursos hídricos no Brasil e a avaliação e proposição de mecanismos que possibilitem a sua sustentabilidade econômico financeira.

O detalhamento dos subprogramas aqui apresentado tem como referência o conteúdo do Plano Nacional de Recursos Hídricos aprovado pelo CNRH em janeiro de 2006, os debates e contribuições oriundas da Oficina: Detalhamento dos Programas e Subprogramas do Plano Nacional de Recursos Hídricos realizada em março de 2007, com a participação dos membros das Câmaras Técnicas do CNRH e consultas a técnicos envolvidos no cotidiano da implantação da Política Nacional de Recursos Hídricos. Para consolidação deste Programa foram analisadas, também, as ações desenvolvidas e em desenvolvimento, bem como, as perspectivas de pautas futuras no âmbito do CNRH, notadamente das Câmaras Técnicas diretamente relacionadas com os temas.

Além do conteúdo do PNRH e da descrição preliminar dos Programas e subprogramas, duas outras referências foram fundamentais para o detalhamento dos subprogramas: as macro-diretrizes (Volume III) e os elementos para a construção de uma estratégia robusta (Volume II). Com relação as macro-diretrizes buscou-se referência no segundo conjunto de diretrizes do PNRH, voltado ao próprio ordenamento institucional da gestão dos recursos hídricos no Brasil, principalmente quando tratam do modelo institucional adotado. Assim sendo, as macrodiretrizes relacionadas ao Programa II são:

- Aperfeiçoar a implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos, qualificando e aprimorando a atuação dos entes do SINGREH, bem como efetivando a articulação entre as entidades que o integram.
- Definir estratégias institucionais, notadamente de interlocução entre as entidades colegiadas do SINGREH, conferindo maior dinâmica à gestão dos recursos hídricos.
- Apoiar a organização dos Sistemas Estaduais de Gerenciamento de Recursos Hídricos (SEGRHs), construindo e consolidando capacidades, por meio da adoção de políticas consistentes e robustas de capacitação e fixação de quadros nas entidades, com vistas à descentralização de funções e competências, sempre que possível.
- Consolidar o marco legal e institucional existente, promovendo: a mútua adequação do SINGREH e o ordenamento administrativo do aparelho estatal brasileiro; e adequação do modelo preconizado na Lei no 9.433/1997 ante à diversidade socioambiental do país e às necessidades de regulamentação da legislação de recursos hídricos.
- Identificar fontes de receita para financiamento de ações voltadas para a gestão integrada dos recursos hídricos, com vistas à sustentabilidade econômico-financeira do sistema e das ações propostas.

Os elementos para a construção de uma estratégia robusta, por sua vez, foram referência para o detalhamento dos subprogramas ao tratar da operatividade do SINGREH, mais especificamente em relação ao eixo das articulações entre os entes federados, os diversos colegiados e setores. Entre as constantes dos diversos cenários do PNRH destaca-se o fortalecimento do sistema de gestão de recursos hídricos, cujos os aspectos permeiam o detalhamento de todos os subprogramas desse Programa.

A implementação do Programa dar-se-á com forte ênfase na articulação entre as ações dos subprogramas e destas com as ações que estão em curso no âmbito do SINGREH, em cujo contexto estão organicamente inseridos os Sistemas Estaduais de Gerenciamento de Recursos Hídricos (SEGRHs). Especificamente na implantação dos subprogramas II.1 e II.2, o Programa Pró-Água Nacional terá um papel relevante. Ampliando a perspectiva de articulação, a implantação do Programa II terá uma

MINUTA VERSÃO 10/10/2007

articulação próxima com a implantação dos Programas III, IV e V.
--

Componente: Desenvolvimento da GIRH no Brasil

Programa: II – Desenvolvimento Institucional da GIRH no Brasil

Subprograma: II.1 – Organização e apoio ao SINGREH

1. Introdução

A complexidade das relações e atribuições institucionais do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos – SINGREH é um grande desafio a ser vencido para a efetivação da Política Nacional. A consolidação do SINGREH passa pela avaliação dos erros e acertos na implementação dessa política, periódica e sistematicamente, visando à proposição, discussão e implementação de alternativas para sua evolução e consolidação.

O fortalecimento e estruturação dos integrantes do SINGREH existentes, a criação de novos CBHs e Agências de Águas e a criação e institucionalização de novas instâncias de articulação, aliados aos processos de avaliação do SINGREH, também convergem para sua consolidação e perenização.

O monitoramento e a sistematização de informações sobre os vários integrantes do SINGREH são fundamentais para a aferição do estágio de implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos que, aliados à avaliação institucional, devem permitir o delineamento de cenários e tendências para o futuro, fundamentais ao aprimoramento do Sistema, orientando inclusive as estratégias de fortalecimento institucional a serem adotadas pelos órgãos coordenadores do Sistema.

Este Subprograma está estruturado para atender a três necessidades básicas de organização e apoio ao SINGREH: avaliação, estruturação e monitoramento. Partindo dessas necessidades foram traçados o objetivo geral e os objetivos específicos que, para serem atingidos dependerão da execução de atividades divididas em três grandes ações: 1) avaliação do SINGREH; 2) aprimoramento e sustentação do SINGREH; e 3) monitoramento do SINGREH.

2. Contexto e Justificativas

Previsto na Constituição Federal, de 1988, e criado pela Lei nº 9.433, de 1997, juntamente com a instituição da Política Nacional de Recursos Hídricos, o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos possui os seguintes integrantes:

- Conselho Nacional de Recursos Hídricos - CNRH;
- Agência Nacional de Águas - ANA;
- Conselhos de Recursos Hídricos dos Estados e do Distrito Federal - CERHs
- Comitês de Bacia Hidrográfica - CBHs;
- Órgãos dos poderes públicos federal, estaduais, do Distrito Federal e municipais cujas competências se relacionem com a gestão de recursos hídricos;
- Agências de Água.

Os integrantes do SINGREH podem ser caracterizados de quatro maneiras distintas, a saber:

- a) Em relação à abrangência da sua atuação, seja nacional: CNRH, ANA e SRHU/MMA; estadual: CERHs e órgãos estaduais gestores de recursos hídricos; e por bacia hidrográfica: CBHs e Agências de Água;
- b) Em relação à dominialidade da águas da União, dos Estados e do Distrito Federal, e
- c) Em relação às atribuições, sejam deliberativas: Conselhos de Recursos Hídricos e Comitês de Bacias; e operacionais: órgãos gestores e Agências de Água.
- d) Em relação à sua suficiência e representatividade.

A criação deste complexo Sistema em um país continental como o Brasil deve-se ao federalismo reafirmado na CF/88 e ao princípio da subsidiariedade presente na Política Nacional de Recursos Hídricos, na qual, entre seus fundamentos, está a necessidade da gestão descentralizada e participativa, envolvendo o poder público, os usuários e as comunidades.

A complexidade e o pouco tempo de existência do SINGREH faz com que o mesmo ainda não esteja

plenamente consolidado, necessitando de qualificação, aprimoramento e efetiva articulação entre as entidades que o integram.

Outro fator relacionado à consolidação do SINGREH é a diversidade sócioambiental do país, principalmente aquelas relacionadas à água, que faz com que nas diferentes regiões brasileiras o SINGREH apresente diferentes estágios de implementação. De maneira geral, as regiões com maiores problemas de escassez quantitativa e/ou qualitativa, estão com o SINGREH mais desenvolvido em relação àquelas que dispõem de água em quantidade e qualidade com maior facilidade.

O Plano Nacional de Recursos Hídricos tem a implantação e consolidação do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos como um de seus principais produtos intermediários, indispensável à viabilização de resultados finalísticos (ou substantivos) para a gestão dos recursos hídricos do Brasil.

3. Conceitos e Diretrizes

O princípio da subsidiariedade presente na Política Nacional de Recursos Hídricos e no SINGREH, segundo o qual as decisões que não afetam a terceiros possam ser tomadas em âmbitos mais próximos às comunidades, e o respeito ao federalismo constitucional, foram considerados na concepção das diretrizes do PNRH.

Considerando a necessidade de implementar-se no país uma gestão dos recursos hídricos descentralizada e participativa, de acordo com os fundamentos da Lei nº 9.433/97 e respeitando-se o princípio da subsidiariedade e o respeito ao federalismo, este subprograma, de organização e apoio ao SINGREH, tem as seguintes diretrizes:

- aperfeiçoar a implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos, qualificando e aprimorando a atuação dos entes do SINGREH, bem como efetivando a articulação entre as entidades que o integram;
- definir estratégias institucionais, notadamente de interlocução entre as entidades colegiadas do SINGREH, conferindo maior dinâmica à gestão dos recursos hídricos;
- definir, no âmbito do CNRH, indicadores quantitativos e qualitativos da atuação dos integrantes do SINGREH.

4. Objetivo geral e objetivos específicos

Objetivo Geral:

Empreender a consolidação das bases institucionais e legais do SINGREH, conferindo consistência, sustentação e autonomia ao seu funcionamento e avançando na instalação e/ou aprimoramento de suas instâncias.

Para a consecução deste objetivo geral deve-se atingir os seguintes objetivos específicos:

- I. Implantar processo de avaliação da gestão e de análise de estratégias institucionais no âmbito do SINGREH, sob os aspectos operacional e de resultados e propor ajustes;
- II. Implementar ações para a sustentação e o aperfeiçoamento da gestão do SINGREH e de suas instâncias;
- III. Implementar processo de monitoramento sistemático da gestão no âmbito do SINGREH.

5. Descrição e ações previstas:

I. Avaliação do SINGREH

Para o alcance deste objetivo específico deverão ser executadas as seguintes atividades:

- a) promover a avaliação institucional no âmbito da União visando estabelecer regras de convivência e de colaboração entre a ANA e a SRHU para o exercício das suas atribuições legais;
- b) promover a avaliação institucional do CNRH e de suas Câmaras Técnicas;
- c) promover a avaliação das relações institucionais entre os Conselhos de Recursos Hídricos;
- d) promover processos de avaliação junto aos Comitês de Bacia que resultem em propostas de ajustes institucionais visando aperfeiçoar a representatividade, o funcionamento, a organização interna e a relação com os Comitês de Bacias afluentes;

- e) promover a avaliação das relações institucionais entre os Comitês de Bacia, os Conselhos de Recursos Hídricos e os órgãos públicos cujas competências estão relacionadas com a gestão dos recursos hídricos;
- f) promover a avaliação das experiências das entidades delegatárias de funções de Agências de Água e suas relações com as instâncias do SINGREH;
- g) promover a avaliação das relações da PNRH com as demais políticas setoriais, inclusive com o CONAMA visando a articulação e integração, em estreita articulação com o Programa V, mais especificamente subprograma V.1;
- h) promover a avaliação de entidades e atores de importância e que deveriam compor o SINGREH.

Estas atividades deverão ser desenvolvidas em instâncias criadas pelos participantes do processo de avaliação podendo utilizar-se de consultorias externas para atividades de dinamização ou para debates sobre temas que sejam considerados importantes para o processo de discussão. As avaliações deverão produzir propostas de encaminhamentos para a solução dos problemas aventados.

II. Aprimoramento e sustentação do SINGREH

Para o alcance deste objetivo específico deverão ser executadas as seguintes atividades:

- a) implementação de ações para o exercício das atribuições da ANA;
- b) fortalecimento institucional e estrutural da SRHU/MMA e do CNRH;
- c) apoio à criação, capacitação e funcionamento dos Comitês de Bacia;
- d) fortalecimento institucional e estrutural das Agências de Água;
- e) apoio aos fóruns de articulação das instâncias do SINGREH e com outras políticas públicas, inclusive com o CONAMA;
- f) apoio ao funcionamento e criação das instâncias interregionais e comitês de integração;
- g) definir formas de apoio a demais sistemas afins ao SINGREH para obter um aprimoramento e sustentação local que otimizem o global;
- h) apoio à inserção dos municípios no SINGREH/SEGRHs, por meio do fomento à criação de um "Programa Municipal de Recursos Hídricos".

As atividades desta Ação deverão atender prioritariamente aos encaminhamentos da Ação I.

III. Monitoramento do SINGREH

Para o alcance deste objetivo específico deverão ser executadas as seguintes atividades:

- a) desenvolvimento e institucionalização de metodologia para monitoramento sistemático do SINGREH, incluindo indicadores de desempenho, tendo como base o Sistema de Acompanhamento e Avaliação da Implementação da Política de Recursos Hídricos no Brasil – SIAPREH, o qual deverá ser integrado ao Sistema Nacional de Informações sobre Recursos Hídricos – SNIRH e articulado ao Relatório de Conjuntura e ao Sistema de Gerenciamento Orientado para Resultados – SIGEOR, do Plano Nacional de Recursos Hídricos;
- b) apoio ao desenvolvimento de programa computacional integrado ao Programa III.8 (Sistema Nacional de Informações sobre Recursos Hídricos) que permita o armazenamento, a análise e a atualização das informações relativas às metodologias e avaliações realizadas;
- c) implementação do sistema de monitoramento do SINGREH.

6. Área de abrangência e beneficiários

Este Subprograma tem abrangência nacional e atuará diretamente junto às instâncias decisoras e operacionais no âmbito da União (CNRH, SRHU/MMA, ANA e Ibama) e regional, atuando nas unidades territoriais de gerenciamento junto às instâncias decisoras e operacionais regionais (CBHs e Agências de Águas).

Os beneficiários diretos serão todos os integrantes do SINGREH.

7. Metas

Este Subprograma tem como metas:

- Empreender processo de avaliação da gestão no âmbito do SINGREH sob os aspectos operacional e de resultados;
- Fortalecer e consolidar os Integrantes do SINGREH;
- Implementar processo de monitoramento sistemático da gestão no âmbito do SINGREH;
- Aprimorar as estratégias institucionais, a representatividade social e o funcionamento do Sistema, de modo a fortalecer o SINGREH e suas instâncias decisórias;
- Dar visibilidade da existência e o conhecimento do Sistema pela Sociedade.

8. Indicadores de Monitoramento e Avaliação

Deverão ser utilizados os seguintes indicadores para o controle da eficiência, eficácia e efetividade da implementação das ações previstas:

Indicador 1 - Avaliação do SINGREH:

- Desempenho institucional

Este indicador deverá ser construído no âmbito dos fóruns constituídos entre as instâncias inseridas em cada uma das atividades previstas, considerando-se diferentes pesos de acordo com a relevância de cada tema avaliado, e o cumprimento de etapas previamente pactuadas. Como modelos iniciais poderão ser utilizados os Manuais Operativos para os Programas de Trabalho dos Contratos de Gestão firmados entre a ANA e as entidades delegatárias de funções de Agências de Água.

Indicador 2 - Aprimoramento e sustentação do SINGREH:

- Indicadores em estudo na CTIL do CNRH.

Estes indicadores deverão considerar o estágio atual de desenvolvimento de cada instância do SINGREH e a sua evolução progressiva em função do desenvolvimento das atividades previstas. Os indicadores iniciais e os critérios para aferição do desempenho dos integrantes do SINGREH deverão ser propostos pela Câmara Técnica Institucional e Legal do Conselho Nacional de Recursos Hídricos.

Indicador 3 - Monitoramento do SINGREH:

- Percentual do SINGREH monitorado.

Os resultados do monitoramento do SINGREH deverão ser aferidos por meio do percentual de integrantes monitorados, divididos entre: a) Conselhos de Recursos Hídricos - Nacional, dos Estados e do Distrito Federal; b) Comitês de Bacia - em rios da União e dos Estados e do Distrito Federal; c) órgãos gestores de recursos hídricos – federais e estaduais; e d) Agências de Água.

9. Executores e Intervenientes

A ANA como executora operacional mantendo estreita articulação com os estados, os CBHs de rios de domínio da União e respectivas agências de bacia, a SRHU/MMA como responsável pelo monitoramento e avaliação do SINGREH e encaminhamentos institucionais relativos a interlocução com o CNRH e áreas afins do MMA como intervenientes definidores de políticas.

10. Preços e fontes de recursos

A ANA e o MMA, por meio da SRHU, são os principais órgãos federais com competências relacionadas à gestão dos recursos hídricos, bem como a conservação, recuperação e uso racional da água, contemplando os principais programas e ações do governo federal voltados à gestão dos recursos. É imperativo, portanto, que parte dos recursos destinados a estes órgãos considerem as ações previstas neste subprograma.

Deve-se considerar também os recursos oriundos de contrapartidas dos Estados e do Distrito Federal por atividades desenvolvidas no âmbito de Convênios de Cooperação e de Integração celebrados com o MMA e a ANA.

São importantes também os aportes financeiros oriundos de financiamentos e doações externas, onde pode-se destacar: Banco Mundial, Banco Interamericano de Desenvolvimento e Fundo Global para o Meio

MINUTA VERSÃO 10/10/2007

Ambiente, entre outros. Incentivos também podem vir de parcerias com organismos internacionais, federações, sindicatos, associações públicas e privadas, ONGs e consórcios públicos entre outros. Neste contexto, vale destacar os investimentos a serem realizados no âmbito do PROÁGUA NACIONAL financiado pelo Banco Mundial e gerenciado pela Agência Nacional de Águas.

Como já foi descrito, o subprograma de organização e apoio ao SINGREH desenvolverá inúmeras atividades que contemplam os 03 temas gerais de ações nos quais, até o ano de 2011, deverão ser investidos:

Ações	Investimento (mil R\$)
I. Avaliação do SINGREH	1.500,00
II. Aprimoramento e sustentação do SINGREH	11.250,00
III. Monitoramento do SINGREH	1.100,00
Total dos investimentos	13.850,00

Cronograma Físico-Financeiro:

O cronograma físico-financeiro deste subprograma está detalhado abaixo:

Ações	Orçamento (mil R\$)				
	2008	2009	2010	2011	Média 2012 a 2020
I. Avaliação do SINGREH	300	400	400	400	400
II. Aprimoramento e sustentação do SINGREH	2.250	3.000	3.000	3.000	3.000
III. Monitoramento do SINGREH	200	300	300	300	300
Total	2.750	3.700	3.700	3.700	3.700

Foram incluídas na base de cálculo do orçamento para este Subprograma os seguintes itens de custo:

- Quantitativos e remuneração de consultores especializados;
- Custo de equipes de apoio técnico;
- Despesas com material de expediente e impressão;
- Despesas com logística de transporte e/ou viagens;
- Quantitativos e custos unitários com aquisição de equipamentos.

11. Operacionalização dos investimentos

As entidades responsáveis pela operacionalização dos investimentos serão definidas em função da fonte de recursos que será utilizada para a realização de cada ação.

Componente:	Desenvolvimento da GIRH no Brasil
Programa:	II – Desenvolvimento Institucional da GIRH no Brasil
Subprograma:	II.2 – Apoio à Organização de SEGRHs
<p>1. Introdução</p> <p>A gestão descentralizada e participativa, preconizada na Política Nacional de Recursos Hídricos pressupõe a necessidade de fortalecimento do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos no qual estão organicamente inseridos os Sistemas Estaduais de Gerenciamento de Recursos Hídricos – SEGRHs. Os integrantes dos SEGRHs somente exercerão adequadamente suas funções se dispuserem de instrumentos adequados para o exercício de suas atividades gerenciais e operacionais.</p> <p>A definição de estratégias de fortalecimento dos SEGRHs passa necessariamente pela capacitação institucional de seus integrantes, adequação do modelo de gestão às especificidades regionais, além do estabelecimento de mecanismos de articulação e integração com os demais integrantes do Sistema.</p> <p>A necessidade de fortalecimento e estruturação dos integrantes dos SEGRHs e da melhoria das relações entre os seus integrantes e entre os SEGRHs com os integrantes do SINGREH, indicaram a contrução dos objetivos propostos os quais, para serem atingidos, dependerão de duas grandes ações propostas: 1) fortalecimento Institucional; e 2) integração Institucional.</p> <p>As ações relativas ao fortalecimento e integração dos SEGRHs deverão atender às especificidades regionais. Para isto, é fundamental sua compatibilidade com o Subprograma I.4, visando a definição da estratégia mais adequada às necessidades de implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos em cada região do país.</p>	
<p>2. Contexto e Justificativas</p> <p>A Constituição Federal de 1.988, em seus artigos 20, 26 e 32, divide a dominialidade das águas brasileiras entre a União, os estados e o Distrito Federal.</p> <p>Em todo o país, atualmente, encontram-se inseridos nos SEGRHs cerca de 130 Comitês de Bacia em rios de domínio dos estados e 22 Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos, além dos órgãos responsáveis pela gestão de recursos hídricos nas unidades da federação.</p> <p>De maneira geral, o que se observa nos SEGRHs brasileiros é uma enorme deficiência estrutural, incompatível com as necessidades e demandas exigidas para a gestão de recursos hídricos. Nesse ponto, cabe ressaltar a importância dos órgãos gestores de recursos hídricos dos estados e Distrito Federal, responsáveis pela implementação dos instrumentos de gestão de recursos hídricos e dos quais depende o funcionamento adequado dos demais integrantes dos SEGRHs. Com raras exceções, os órgãos gestores apresentam sérios problemas estruturais, principalmente no que concerne à necessidade de se definir um quadro técnico permanente e qualificado.</p> <p>Em respeito ao preceito constitucional, ao princípio da subsidiaridade inerente à Política Nacional de Recursos Hídricos e ao SINGREH e tendo em vista as dimensões continentais do Brasil, o SINGREH deve considerar a instalação de SEGRHs como um desdobramento capilar e descentralizado, inserido-os no contexto do próprio Sistema Nacional, respeitadas as devidas adequações frente às especificidades regionais. Portanto, cabe à União apoiar e incentivar iniciativas no sentido do fortalecimento dos SEGRHs.</p>	
<p>3. Conceitos e Diretrizes</p> <p>Os SEGRHs ainda não estão plenamente implementados nas diferentes unidades da federação.</p> <p>A aplicação da descentralização da gestão dos recursos hídricos prevista na Lei das Águas implica na necessidade de apoio à organização dos SEGRHs, devendo seguir as seguintes diretrizes:</p> <ul style="list-style-type: none"> - construir e consolidar capacidades, por meio da adoção de políticas consistentes e robustas de capacitação e fixação de quadros nas entidades; - conferir suporte a todos os atores envolvidos, com vistas ao funcionamento dos SEGRHs e de suas ferramentas de atuação, possibilitando a descentralização de funções e competências, sempre que possível; - integrar os Sistemas Estaduais e Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos; - articular as ações deste Subprograma às ações previstas no Subprograma I.4. 	

4. Objetivo geral e objetivos específicos:

Objetivo Geral:

Apoiar os estados na organização de seus sistemas estaduais de gerenciamento de recursos hídricos, em termos conceituais, metodológicos e, quando possível, operacionais, zelando pela coordenação e pela consistência com as políticas e bases legais, técnicas e institucionais do SINGREH.

Para atingir este objetivo geral deve-se pautar nos seguintes objetivos específicos:

- i) Fortalecimento institucional e estrutural dos sistemas estaduais de gerenciamento de recursos hídricos;
- j) Implementação de processos de harmonização e integração dos sistemas estaduais com o SINGREH, observando a convergência com as unidades nacionais de planejamento e gestão, a serem definidas no âmbito do subprograma I.4.

5. Descrição e ações previstas:

I. Fortalecimento institucional

Para o alcance deste objetivo específico deverão ser executadas as seguintes atividades:

- capacitar os organismos estaduais gestores de recursos hídricos;
- apoiar a estruturação dos organismos estaduais gestores de recursos hídricos;
- apoiar institucionalmente os CERHs;
- apoiar o funcionamento dos Comitês de Bacia e Agências de Águas, em bacias de rios de domínio estadual, em articulação com os órgãos gestores estaduais;
- apoiar a criação, capacitação e funcionamento dos Comitês de Bacia;
- apoiar a capacitação de municípios para sua atuação no Sistema e inclusão do tema da Gestão Sustentável da água em suas políticas.

II. Integração institucional

Para o alcance deste objetivo específico deverão ser executadas as seguintes atividades:

- IV. integrar as ações da ANA com as ações dos órgãos gestores estaduais;
- V. integrar o CNRH com os CERHs para execução de suas funções;
- VI. apoiar o funcionamento das instâncias interestaduais de articulação para a gestão de recursos hídricos, por região hidrográfica, bacias ou estados;
- VII. apoiar a integração dos Comitês de Bacia de rios de domínio da União com os comitês instalados em bacias de rios estaduais.

Essas atividades deverão seguir as diretrizes do Subprograma I.4.

6. Área de abrangência e beneficiários:

Este Subprograma tem abrangência nacional e atuará diretamente junto às instâncias decisoras e operacionais no âmbito dos estados (CERH e órgãos gestores estaduais) e regional, atuando nas unidades territoriais de gerenciamento junto às instâncias decisoras e operacionais regionais (CBHs e agências de águas).

Os beneficiários diretos serão todos os integrantes dos Sistemas Estaduais de Gerenciamento de Recursos Hídricos.

7. Metas:

O apoio à organização de SEGRHs tem como metas:

- Sistemas Estaduais de Gerenciamento de Recursos Hídricos fortalecidos institucional e estruturalmente, principalmente os órgãos gestores de recursos hídricos;
- Sistemas Estaduais harmonizados e integrados ao Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos.
- Colegiados dos SEGREGs estruturados e em funcionamento.

8. Indicadores de Monitoramento e Avaliação:

Deverão ser utilizados os seguintes indicadores para o controle da eficiência, eficácia e efetividade da implementação das ações previstas:

Indicador 1 - Fortalecimento institucional

- Indicadores em estudo na CTIL do CNRH.

Este indicador deverá considerar o estágio atual desenvolvimento de cada instância dos SEGRHs, por estado, e a sua evolução progressiva em função do desenvolvimento das atividades previstas. Os indicadores iniciais e os critérios para aferição do desempenho dos integrantes dos SEGRHs deverão ser propostos pela Câmara Técnica Institucional e Legal do Conselho Nacional de Recursos Hídricos, articulados com cada Estado.

Indicador 2 - Integração institucional

- Integração entre o SINGREH e os SEGRHs

Este indicador considerará o estágio atual da integração entre as instâncias dos SEGRHs com o SINGREH e sua evolução progressiva em função do desenvolvimento das atividades previstas. Como critérios de avaliação poderão ser adotados: a) harmonização de procedimentos e critérios de regulação entre a ANA, os estados e o Distrito Federal; b) nível de articulação entre os Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos e destes com o Conselho Nacional de Recursos Hídricos; c) nível de articulação entre os Comitês de Bacia em uma mesma região hidrográfica, em um mesmo Estado, com os comitês em rios de domínio da União.

9. Executores e Intervenientes:

A ANA como executora operacional mantendo estreita articulação com os estados, os CBHs e as respectivas agências de bacia; a SRHU/MMA como responsável pelos encaminhamentos institucionais relativos a interlocução entre os CERHs e o CNRH e o CNRH e áreas afins do MMA como intervenientes; e os os SEGRHs.

10. Preços e fontes de recursos

A ANA e o MMA, por meio da SRHU, são os principais órgãos federais com competências relacionadas à gestão dos recursos hídricos, bem como a conservação, recuperação e uso racional da água, contemplando os principais programas e ações do governo federal voltados à gestão dos recursos. É imperativo, portanto, que parte dos recursos destinados a estes órgãos considerem as ações previstas neste subprograma.

Este Subprograma deve considerar como prioritárias as fontes de recursos originadas de contrapartidas dos estados e do Distrito Federal, principalmente no que se refere à contratação de servidores para o quadro de pessoal permanente, por atividades desenvolvidas no âmbito de Convênios de Cooperação e de Integração junto à União.

Recursos oriundos do Fundo Setorial de Recursos Hídricos – CTHIDRO - devem também ser contabilizados, uma vez que o mesmo já investe em programas de capacitação voltados a todos os integrantes dos SEGRHs e, em especial, aos técnicos dos órgãos gestores estaduais.

Importantes também são os aportes financeiros oriundos de financiamentos e doações externas, onde pode-se destacar: Banco Mundial, Banco Interamericano de Desenvolvimento e Fundo Global para o Meio Ambiente, entre outros. Incentivos também podem vir de parcerias com organismos internacionais, associações, federações, sindicatos, ONG's e OSCIP's. Neste contexto, vale destacar os investimentos a serem realizados no âmbito do PROÁGUA NACIONAL financiado pelo Banco Mundial e gerenciado pela ANA.

Como já descrito anteriormente, o subprograma de apoio à organização dos SEGRHs desenvolverá inúmeras atividades que contemplam os 02 temas gerais de ações, nos quais, até o ano de 2011, deverão ser investidos:

Ações / Investimento (mil R\$)		
1. Fortalecimento Institucional		57.000,00
2. Integração Institucional		3.750,00
Total dos investimentos		60.750,00
Fontes dos recursos:		
ANA – Recursos Fiscais Próprios e Próágua Nacional		
SRHU/MMA – Recursos Fiscais Próprios		
Agências de Bacias – Recursos provenientes da cobrança pelo uso da água		
Órgãos Gestores de Recursos Hídricos dos Estados e do Distrito Federal - Recursos Fiscais Próprios		
Outras entidades dos SEGRHs - Recursos Fiscais Próprios		

11. Cronograma Físico-Financeiro:

O cronograma físico-financeiro deste subprograma está detalhado abaixo:

AÇÕES ORÇAMENTO (mil R\$)			
Ano	Fortalecimento Institucional	Integração Institucional	Total
2008	12.000	750	12.750
2009	15.000	1.000	16.000
2010	15.000	1.000	16.000
2011	15.000	1.000	16.000

Foram incluídas na base de cálculo do orçamento para este Subprograma os seguintes itens de custo:

- d) Quantitativos e remuneração de consultores especializados;
- e) Custo de equipes de apoio técnico;
- f) Despesas com material de expediente e impressão;
- g) Despesas com logística de transporte e/ou viagens;
- h) Quantitativos e custos unitários com aquisição de equipamentos.

12. Operacionalização dos investimentos

As entidades responsáveis pela operacionalização dos investimentos serão definidas em função da fonte de recursos que será utilizada para a realização de cada ação.

Componente:	Desenvolvimento da Gestão Integrada de Recursos Hídricos no Brasil
Programa:	II – Desenvolvimento Institucional da Gestão Integrada de Recursos Hídricos no Brasil
Subprograma:	II.3 – Adequação, Complementação e Convergência do Marco Legal e Institucional

1. Introdução:

Este subprograma foi incluído no PNRH especialmente orientado pela seguinte macrodiretriz, dentre outras que a ela se articulam: *“consolidar o marco legal e institucional existente, promovendo: a mútua adequação do SINGREH e o ordenamento administrativo do Aparelho de Estado brasileiro; a adequação do modelo preconizado na Lei 9.433/97 frente à diversidade socioambiental do País e; as necessidades de regulamentação da Legislação de Recursos Hídricos”*.

Nesse sentido, visa promover o ajuste dinâmico da legislação nacional sobre recursos hídricos, complementando suas lacunas e buscando a convergência com as legislações setoriais e aquelas criadas no âmbito dos estados. No modelo de gestão das águas do Brasil cabe ao Poder Público o importante papel de atuar como articulador e integrador, funcionando, inclusive, como facilitador das dinâmicas próprias de um Sistema descentralizado e participativo, sem, contudo, abrir mão de atribuições constitucionais e dos seus instrumentos de controle e supervisão, incluindo a competência exclusiva de emissão da outorga de direito de uso dos recursos hídricos e da fiscalização dos diversos usos.

Suas ações foram consolidadas para atender às três grandes diretrizes que propiciarão a consecução atendimento do objetivo geral: (i) a solução das lacunas legais da atual legislação, (ii) a convergência das normas vigentes no âmbito estadual com a legislação nacional e (iii) sua adequação aos Acordos e Tratados Internacionais.

A execução destas ações propiciará, ainda, que as necessidades de ajustes legais identificadas no âmbito dos demais subprogramas do PNRH sejam fomentadas com os recursos necessários à formulação das propostas legislativas.

Dados os recortes dos horizontes temporais do PNRH – 2007, 2011, 2015 e 2020, emergencial, curto, médio e longo prazos, respectivamente, foi adotado o horizonte de curto prazo (até 2011) como referência para um maior detalhamento e, para os outros horizontes, são indicadas orientações para detalhamentos futuros, que deverão ser materializadas em cadernos quadrienais, tendo como base os resultados alcançados nos primeiros anos de implementação do Plano. Foram identificadas e destacadas ações de duração continuada, notadamente aquelas relativas ao cotidiano do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos (SINGREH) e que estarão presentes ao longo dos horizontes temporais de implementação do PNRH. Essas ações trarão subsídios ao processo de acompanhamento e monitoramento do Plano e, em consequência, às suas sucessivas revisões.

2. Contexto e Justificativas:

A legislação nacional de recursos hídricos trouxe um arcabouço bastante inovador à gestão de políticas públicas no Brasil, notadamente quanto às diretrizes de atuação descentralizada, à participação social no processo deliberativo da gestão e à implementação de mecanismos reguladores.

Assim, embora o arranjo institucional preconizado pelo SINGREH apresente sinergias com a Reforma do Aparelho do Estado, consolidada pela Emenda Constitucional nº 19, de 4 de junho de 1998, é possível observar as dificuldades de sua aplicação frente à estrutura jurídica e administrativa vigente no País.

Sem perder de vista os paradigmas impostos pela Lei 9.433/97, considera-se a necessidade de mútua adequação, pois observa-se que a Política Nacional de Recursos Hídricos “não é plenamente aplicável à luz das reais possibilidades postas pela estrutura jurídico-administrativa vigente no país”, conforme destaca o trabalho do GEO BRASIL Recursos Hídricos (PNUMA, ANA, 2007).

Várias já foram as tentativas de formulação de ajustes na atual legislação e outras aparecem a cada dia oriundas da aplicação dos instrumentos previstos na Política Nacional de Recursos Hídricos. A sustentação a estas demandas e a necessidade de que haja uma legislação realmente nacional, respeitando-se o dispositivo constitucional, implica na promoção de uma série de regulamentações que possam fazer com que a legislação, nos seus fundamentos, possa ser aplicada em ambiente jurídico de plena segurança.

Por outro lado, a despeito da necessária convergência com a Política Nacional, é importante realizar reflexões acerca da necessidade de adequação do modelo preconizado para a gestão de recursos hídricos às especificidades regionais, dada a dimensão, a diversidade socioambiental e econômica das regiões

brasileiras, o que induz a uma leitura própria dos instrumentos técnicos e institucionais trazidos pela Lei 9.433/97.

Ainda relacionado ao desempenho do modelo institucional proposto ao SINGREH devem ser identificadas necessidades de ajustes e do preenchimento de lacunas existentes na legislação vigente, no que tange a superar as dificuldades ligadas à implementação da bacia hidrográfica como unidade de planejamento e gestão dos recursos hídricos, seja em decorrência da divisão do país em unidades federadas, seja em função da dupla dominialidade dos recursos hídricos.

Tais questões emergem a discussão sobre a inserção dos municípios no processo de gestão dos recursos hídricos, mesmo sem o domínio sobre a água, além das dificuldades práticas em estabelecer regras de convivência entre os Comitês de Bacias de rios de domínio da União e das Unidades Federadas, assim como entre comitês de rios principais e os comitês de seus tributários qualquer que seja o domínio dos cursos de água, trazendo à tona discussões sobre a figura dos comitês de integração e de formas práticas de sua implementação.

Outra dificuldade prática observada diz respeito à internalização dos aspectos de interesse da gestão de recursos hídricos na legislação de outros setores, sejam eles setores usuários, intervenientes à gestão dos recursos hídricos, ou supervenientes, como o meio ambiente e o desenvolvimento regional.

Em razão do exposto, e sob o entendimento de que a gestão integrada dos recursos hídricos constitui um processo dinâmico, cabe reservar recursos e esforços para adequações, complementações e movimentos de convergência da legislação vigente, inclusive daquela desenvolvida pelas Unidades Federadas.

3. Conceitos e Diretrizes:

Todas as ações deste Subprograma deverão atentar para a necessidade de firmar-se uma legislação nacional de recursos hídricos, plenamente articulada com os entes federados: com os estados no âmbito dos normativos que regem as ações sobre os corpos d'água em seu domínio e com os municípios buscando integrar as políticas de uso e ocupação do solo, meio ambiente, saneamento e outras com a Política Nacional de Recursos Hídricos.

O subprograma deve traduzir ações que reflitam soluções para as dificuldades e desafios encontrados na implementação prática da Política Nacional de Recursos Hídricos, com especial atenção aos conceitos de subsidiariedade e federalismo que, na concepção da Lei, objetivam potencializar as capacidades locais endógenas e a descentralização das ações, entre outros aspectos. Adicionalmente, deve internalizar em seu desenvolvimento os conceitos próprios do planejamento e da administração estratégica incorporados na construção do PNRH, que se constitui em um processo multidisciplinar, dinâmico, flexível, participativo e permanente.

A despeito do mencionado caráter qualitativo dos cenários construídos no âmbito do PNRH o *Cenário Água para Todos* e a Construção de uma Estratégia Robusta na Gestão Integrada dos Recursos Hídricos se constituem em eixos condutores para esse subprograma, visto que destacam a importância do gerenciamento operativo dos recursos hídricos. Nesse cenário as entidades colegiadas do SINGREH encontram-se em funcionamento e os instrumentos da política de recursos hídricos acham-se implantados de forma integrada, embora, sua implantação encontra dificuldades em algumas regiões. Os colegiados de recursos hídricos oferecem mecanismos de solução de conflitos, mas a explosão de atividades econômicas cria novos ou aguçava antigos conflitos.

A Estratégia Robusta para a Gestão Integrada dos Recursos Hídricos destaca o risco do SINGREH tornar-se burocratizado e pouco operativo, sendo a principal ameaça um sistema de gestão ineficiente e uma grande expansão das atividades econômicas e urbanas. A principal oportunidade seria o crescimento da consciência ambiental e da percepção da importância dos recursos hídricos. Tendo em vista os elementos comuns aos diversos cenários, as ações e metas podem ser definidas no âmbito desse subprograma tomando como base:

I - a consolidação do marco institucional (legislação e organização) vigente, superando as ambigüidades existentes na atual legislação seja entre os entes federados, seja em relação a determinados temas essenciais à gestão dos recursos hídricos, como as águas subterrâneas e;

II - o fortalecimento do sistema de gestão de recursos hídricos com a implementação dos instrumentos técnicos e institucionais.

4. Objetivo geral e objetivos específicos

Promover os ajustes que tenham sido identificados como necessários na base legal que rege a GIRH no Brasil, como também complementar lacunas e buscar a convergência das legislações estaduais com a legislação nacional, sem prejuízo da manutenção da diversidade e de especificidades decorrentes de

características regionais .

Este Subprograma divide-se nos seguintes objetivos específicos:

- a) Propor ajustes legais e jurídicos, de cunho estrutural, após avaliação periódica da eficácia e da efetividade da implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos e da atuação do SINGREH, notadamente tendo em vista os seus reais reflexos no alcance dos objetivos estratégicos (finalísticos) do PNRH;
- b) Desenvolver estudos para subsidiar a elaboração de projetos de normas legais e infralegais, atendendo as necessidades de regulamentação e os ajustes necessários na base legal que rege a gestão de recursos hídricos, tanto no que tange aos instrumentos da política, quanto no que diz respeito a aspectos qualitativos relacionados ao desempenho do modelo institucional preconizado no SINGREH;
- c) Harmonizar as legislações estaduais com a legislação federal;
- d) Harmonizar a legislação nacional com os Acordos e Tratados Internacionais.

5. Descrição e ações previstas

O horizonte de curto prazo do PNRH (até 2011) foi adotado como referência para um maior detalhamento das ações programáticas e, para os outros horizontes, de médio e longo prazos (2015 e 2020) são indicadas orientações para detalhamentos futuros materializadas em cadernos quadrienais. Isso justifica a estruturação do subprograma em duas partes principais, cabendo destacar a existência de ações de duração continuada, notadamente aquelas relativas ao cotidiano do (SINGREH) e que estão presentes ao longo de todos os horizontes temporais de implementação do PNRH. Essas ações trazem subsídios ao processo de acompanhamento e monitoramento do Plano e, em consequência, às suas sucessivas revisões.

5.1. Parte 1 – Ações elegíveis no curto prazo do PNRH (até 2011)

Dadas as questões existentes que justificaram o desenvolvimento desse subprograma, as ações que integram essa parte 1 estão agrupadas em 2 blocos de ações elegíveis, a saber.

5.1.1. Bloco 1 – Alterações Estruturais

Esse Bloco agrega ações relacionadas à prática dos princípios e fundamentos regentes da Lei nº 9.433/97, em vista dos desafios e problemas identificados em seu processo de implementação e da necessidade de constatar resultados que demonstrem eficácia e efetividade ao contribuir na solução dos problemas relacionados aos recursos hídricos no país.

Emergem questões relacionadas aos fundamentos, objetivos e diretrizes gerais de ação da Política Nacional de Recursos Hídricos. Embora o trato dessas questões possa estar ligado às dificuldades inerentes ao processo de implementação da Lei 9.433/97, também há que se considerar as dificuldades em implementar o modelo preconizado frente à estrutura jurídica e administrativa vigente no País, requerendo ajustes legais e jurídicos, que serão tratados nesse bloco designado como “alterações estruturais”.

As ações desse Bloco 1 serão coordenadas pelo Conselho Nacional de Recursos Hídricos, ente máximo do SINGREH. Ressalva-se que, enquanto fator decisivo para a efetividade dessas ações, serão absorvidas visões externas ao SINGREH permitindo aferir a aplicação das premissas estabelecidas como alicerces da Política Nacional de Recursos Hídricos e do SINGREH. Essas ações deverão avaliar possíveis ratificações e revisões, de cunho estrutural, no quadro legal e institucional que rege o modelo brasileiro de gestão das águas. Nesse sentido, esse Bloco deverá agregar as seguintes ações:

I. Realização de planejamento estratégico, cujo escopo do trabalho deverá contemplar:

- a realização, por meio de consulta à atores estratégicos, de um processo de identificação de prioridades relativas a mútua adequação do modelo preconizado pela Lei nº 9.433/1997 e a estrutura jurídica e administrativa vigente no País, envolvendo o CNRH e as demais das partes interessadas, que por ventura não estejam representadas.
- seu resultado será um plano de ações com uma agenda de trabalho objetiva e detalhada com propostas que poderão incidir na elaboração de normativos legais no âmbito do SINGREH, ou por meio da construção de pactos quando as soluções apontadas exigirem a elaboração de normativos legais fora do âmbito do SINGREH;

II. Revisão e atualização periódica do planejamento estratégico, no âmbito do escopo do Bloco 1, pelo menos quadrienalmente, ou em período inferior caso necessário.

III. Construção de pactos quando as soluções apontadas exigirem a elaboração de normativos legais fora do âmbito do SINGREH

IV. Elaboração dos normativos legais necessários, relacionados a alterações estruturais, no âmbito e fora do SINGREH, por profissional especializado em direito de águas, que deverá definir quais os dispositivos mais adequados a serem utilizados, ou seja, se emendas constitucionais, leis, resoluções.

V. Encaminhamentos dos normativos legais elaborados

VI. Acompanhamento da tramitação dos normativos

VII. Acompanhamento da implementação dos normativos

5.1.2. Bloco 2 – Alterações Correntes

O Bloco B, agrega alterações correntes, especialmente relacionadas aos objetivos específicos b), c), d) e e), que podem ser agrupadas em dois conjuntos principais:

1º Conjunto – Alterações Correntes de Cunho Operacional

Orientado para subsidiar a elaboração de projetos de normas legais e infralegais, atendendo as necessidades de regulamentação e os ajustes necessários na base legal que rege a gestão de recursos hídricos, tanto no que tange aos instrumentos da política, quanto no que diz respeito a aspectos relacionados ao desempenho do modelo institucional preconizado no SINGREH.

Nesse conjunto incluem-se as ações relacionadas em seguida.

I. Elaboração de projetos de normativos legais visando a regulamentação da legislação vigente de recursos hídricos

Elaboração de projetos de leis, de decretos, de resoluções do CNRH e da ANA, que propiciem a regulamentação de pontos específicos voltados para realização de ajustes e preenchimento de lacunas que contribuam para a efetividade da implementação da Lei nº 9.433/97. Para tanto as seguintes atividades deverão ser desenvolvidas:

a) complementação do levantamento e análise dos artigos da Lei nº 9.433/97 que demandem regulamentação e das propostas de normativos em tramitação

b) elaboração de propostas de projetos de lei, decretos ou outros instrumentos.

Elaboração de propostas de projetos de lei, decretos ou outros instrumentos julgados pertinentes para a regulamentação da legislação vigente, consideram-se que deverão ser objeto de ação específica os seguintes aspectos da legislação:

c) cobrança pelo uso dos recursos hídricos. O sucesso da implementação da cobrança, tal como preconizada na Política Nacional de Recursos Hídricos, funda-se na integração com os outros instrumentos da Política. Nesse sentido cabe avaliar a necessidade de regulamentar itens que propiciem essa integração, tais como:

- o art. 7º (Lei 9.433/97) que dispõe sobre o conteúdo mínimo dos Planos de Recursos Hídricos, especialmente o inciso IX que contempla diretrizes e critérios para a cobrança, criando mecanismos que compatibilizem as diretrizes e critérios gerais com cada nível de planejamento dos recursos hídricos. Tais análises devem ser realizadas em conjunto com o subprograma específico III.7.

- o art. 19 (Lei 9.433/97) inciso I, que dispõe sobre o reconhecimento da água como um bem econômico, recomenda-se avaliar necessidades de regulamentação de forma a aprimorar os mecanismos de cobrança.

- o art. 21, que dispõe sobre a fixação dos valores a serem cobrados pelo uso dos recursos hídricos, ressalta-se a necessidade de regulamentação específica para a adoção de mecanismos diferenciados, como a antecipação de pagamentos e a devida compensação aos usuários, uma vez que o CNRH ratificou propostas nesse sentido apresentadas pelos dois comitês de rios de domínio da União onde a cobrança já foi implementada. Outro aspecto a ser considerado na análise desse artigo consiste na regulamentação da cobrança para as transposições de água entre rios e bacias hidrográficas.

Soma-se aos aspectos supracitados a necessidade de analisar em detalhe um outro conjunto de aspectos relacionados à esse instrumento da Política nacional de Recursos Hídricos, tais como:

- a maior harmonização entre o art. 22 da Lei 9.433/97 e os artigos 28 e 29 da Lei 9984/2000,

particularmente em relação à cobrança do setor elétrico e a aplicação dos recursos oriundos da cobrança de 0,75% acrescidos aos 6% da compensação financeira pela utilização dos recursos hídricos (Lei nº 7.990 de dezembro de 1989).

- a necessidade de estabelecer normativos legais contemplando novos mecanismos de repartição desses recursos, pois os *royaltes* devidos por Itaipu Binacional ao Brasil deverão ser extintos nos próximos anos.

- alternativas para suprir a lacuna no mecanismo de financiamento dos Comitês de Bacias Hidrográficas na fase anterior à implementação da cobrança, uma vez que não existem recursos específicos para essa fase.

- a aplicabilidade dos fundos de recursos hídricos como uma alternativa para que sejam alocadas outras fontes de recursos para gestão e recuperação de bacias hidrográficas em situação de risco, sempre em consonância com a dinâmica de funcionamento da Política Nacional de Recursos Hídricos e do SINGREH.¹

Ressalvadas a relevância dos demais tópicos, existe uma questão central a ser amplamente analisada que é a chamada “blindagem” dos recursos oriundos do setor elétrico, ou seja, ações e regulamentações que o transforme em receitas ressalvadas, não passíveis de contingenciamento.

- a definição da cobrança pelo uso da água para as Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCH's), as quais são dispensadas do pagamento da Compensação Financeira e ainda não estão recolhendo o pagamento da “cobrança condominial”.

- a necessidade de dar um tratamento particular à aplicação de recursos da cobrança a fundo perdido, por meio de regulamentação do § 2º do art.22.

d) o rateio de custo das obras de uso múltiplo, de interesse comum ou coletivo e a compensação a municípios. As razões dos vetos relacionados a ambas proposições devem ser analisadas, bem como a pertinência de incorporá-los como instrumento da política.

e) sobre a representação nas entidades colegiadas do SINGREH. A experiência acumulada nos 10 anos de implementação da Lei 9.433/97 permitiu aprofundar o debate sobre representação e representatividade nas instâncias colegiadas do SINGREH, dentre as quais a do art. 2º do Decreto 4.613/2003, que dispõe sobre a composição do CNRH, especialmente do inciso VII, § 4º.

f) sobre a consolidação da gestão participativa. Resguardando os princípios da Política Nacional de Recursos Hídricos, propõe-se uma análise sobre formas de reconhecer legalmente outras formas de organização da sociedade nas bacias hidrográficas, além dos comitês. Um aspecto específico a ser detalhado é a figura dos convênios ou comitês de integração, que já vem sendo implementados, com vistas a definição de estratégias interestaduais de articulação, antecedendo à instituição dos Comitês de Bacia.

II - Encaminhamentos dos normativos legais elaborados

III - Acompanhamento da tramitação dos normativos

IV - Acompanhamento da implementação dos normativos aprovados e propostas de adequação, se necessárias.

2º Conjunto – Alterações Correntes de Cunho Estratégico Institucional

Esse segundo conjunto considera a necessidade de ajustes na legislação que concorram para solução de problemas observados na implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos, de cunho marcadamente institucional e estratégico, relativos à efetividade do SINGREH, no que tange ao desempenho institucional; à articulação com as Unidades Federadas e com setores intervenientes e supervenientes à gestão de recursos hídricos, assim como nas relações internacionais.

Nesse conjunto incluem-se as seguintes ações:

V. Elaboração de projetos de normativos referentes ao desempenho institucional do SINGREH

Ainda relacionada ao alcance do objetivo específico b), essa ação pressupõe a elaboração de projetos de leis, de decretos, de resoluções do CNRH e respectivas Câmaras Técnicas e da ANA, voltados para

¹ . Atualmente tramitam no poder legislativo federal diversos projetos de lei – PL's, sobre a criação de fundos para a recuperação de bacias hidrográficas. O mais emblemático é aquele que prevê a criação do Fundo para a Revitalização do Rio São Francisco, cuja dotação orçamentária prevista é da ordem de R\$ 200 milhões/ano.

realização de ajustes e preenchimento de lacunas que contemplem aspectos qualitativos referentes ao desempenho do modelo institucional proposto para o SINGREH.

Para tanto as seguintes atividades deverão ser desenvolvidas:

a) identificação de necessidades de ajustes e de preenchimento de lacunas no âmbito do desempenho institucional do SINGREH:

Constatam-se problemas relacionados ao entendimento concreto dos limites de atuação de cada ente do SINGREH, como por exemplo, a inter-relação dos organismos colegiados com as entidades executivas; a real aplicação do art. 35, III, cujas repercussões extrapolem o âmbito dos estados; as formas de implementar o artigo 52 da Lei nº 9.433/97.

No escopo dessa atividade devem ser identificados e analisados em profundidade pontos a serem ajustados na legislação de recursos hídricos, com potencial de contribuir na solução de problemas semelhantes aos apontados.

b) levantamento e análise das propostas de normativos em tramitação

O resultado desse levantamento deve ser consolidado em um quadro-resumo classificando os normativos analisados, indicando as lacunas que serão cobertas com a sua aplicação, bem como rumos e adaptações, caso seja possível, para aqueles considerados incompletos ou inadequados.

c) elaboração de propostas de projetos de lei, decretos ou outros instrumentos

Essa atividade visa imprimir maior ritmo e efetividade ao desempenho dos entes do SINGREH, considerando minimamente os seguintes pontos:

- sobre os Comitês de Bacia Hidrográfica

Proposição de incentivos ou normativos voltados aos Comitês de Bacia com vistas à introduzir em seus regimentos internos diretrizes gerais que favoreçam a especialização das respectivas agendas de trabalho em conformidade com as suas atribuições definidas na legislação de recursos hídricos e com a própria dinâmica de funcionamento do SINGREH.

- sobre as Agências de Água

Mesmo com os avanços decorrentes da promulgação da Lei 10.881/04, que dispõe sobre os contratos de gestão entre a ANA e entidades delegatárias das funções de Agências de Águas, ainda observam-se algumas dificuldades prática relativas à operacionalidade no âmbito das entidades delegatárias.

Em vista dos obstáculos ainda existentes, deverão ser analisadas com maior profundidade as necessidades de aperfeiçoamento da legislação de recursos hídricos na matéria relacionada à criação das Agências de Água, dentre as quais o art. 2º, VI, da Lei 10.881/04 que expressa a "impossibilidade de delegação da competência prevista no inciso III do art. 44 da Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997".

A delegação de competências para o exercício das funções inerentes às Agências se dá por prazo determinado enquanto esses organismos não estiverem constituídos, conforme autoriza o art. 51 da Lei nº 9.433/97. A regulamentação do art. 53 da Lei 9.433/97 pode ser uma oportunidade para aprimorar essa temática, visto que esse artigo, ainda não regulamentado, determina que o Poder Executivo encaminhe ao Congresso Nacional projeto de lei dispondo sobre a criação das Agências de Água.

- sobre o art. 35 que dispõe sobre projetos de aproveitamento de recursos hídricos cujas repercussões extrapolem o âmbito dos estados

Um assunto que tem gerado grandes polêmicas e controvérsias é a questão da transposição ou interligação de bacias. Um dos grandes desafios com que o SINGREH se depara é o encontro de alternativas para encaminhar as discussões e deliberações sobre esses sistemas, sem a criar dificuldades à gestão harmônica e operativa dos recursos hídricos. Nesse sentido, é importante avaliar as necessidades de aprimoramento na legislação visando a aplicação do art. 35, III, que inclui entre as competências do CNRH a deliberação sobre projetos de aproveitamento de recursos hídricos cujas repercussões extrapolem o âmbito dos estados, com vistas a regulamentação objetiva desse tema.

- sobre as formas de implementação do art. 52 da Lei nº 9.433/97

É importante uma avaliação jurídica das implicações do art. 52, considerando, entre outros, o fato do PNRH ser aprovado no plenário do CNRH, por meio de resolução específica; o fato dos potenciais hidráulicos serem bens de domínio exclusivo da União e o fato da outorga e da utilização de recursos hídricos para fins de geração de energia elétrica estar subordinada ao Plano Nacional de Recursos Hídricos por meio do art. 12, § 2º, Lei 9.433/97.

- sobre o contrato de gestão entre a ANA e o MMA

Estreitamente articulada ao subprograma II.1 essa atividade se relaciona ao contrato de gestão

entre a ANA e o MMA. Devem ser avaliadas as normas existentes e o Projeto de Lei 3.337/04, em tramitação no Congresso Nacional, que dispõe sobre a gestão, a organização e o controle social das Agências Reguladoras.

VI. Encaminhamentos dos normativos legais elaborados

VII. Acompanhamento da tramitação dos normativos,

VIII. Acompanhamento da implementação dos normativos aprovados e propostas de adequação, se necessárias.

IX. Elaboração de estudos sobre a convergência das legislações estaduais com a legislação nacional e da adequação das legislações estaduais às características regionais

O desenvolvimento dessa ação concorre para a firmatura de uma legislação nacional de recursos hídricos, plenamente articulada às Unidades da Federação no âmbito dos normativos que regem as ações sobre os corpos de água de seu domínio, sem prejuízo das especificidades decorrentes das características regionais. Nesse contexto, essa ação, estreitamente relacionada ao alcance do objetivo específico c), pressupõe, no mínimo, o desenvolvimento das seguintes atividades:

a) cadastro das legislações estaduais e dos normativos infra-legais sobre recursos hídricos existentes e levantamento de outros normativos estaduais correlatos em processo de elaboração ou aprovação por parte das Unidades da Federação (UF)

Toda a legislação deverá ser devidamente cadastrada e organizada em base de dados específica no âmbito do SIAPREH, permitindo a consulta por diversas formas.

b) análise da convergência das legislações levantadas nas UF com a legislação nacional

As normas levantadas deverão ser analisadas à luz da legislação nacional e das competências privativas da União, com vistas a identificar divergências entre as legislações das UF e a legislação nacional notadamente quando estiverem relacionadas aos fundamentos, objetivos e diretrizes da Lei 9.433/97.

c) análise da adequação das legislações estaduais às características regionais

Essa atividade deverá ser elaborada em conjunto com as UF, de forma articulada com o desenvolvimento do subprograma II.2e dos suprogramas regionais, tendo como resultado principal um panorama da adequação e aplicabilidade das normas de recursos hídricos das Unidades Federadas, frente às realidades regionais.

d) propostas de ajustes legais para harmonização das legislações.

Os resultados das atividades ii) e iii) descritas anteriormente servirão de subsídios para a elaboração de um conjunto de propostas de ajustes legais, em conjunto com os 27 Estados e o Distrito Federal, visando a harmonização dos normativos das UF à legislação nacional e às especificidades regionais.

X. Elaboração de estudos sobre as legislações setoriais e sua articulação com a legislação de recursos hídricos

O desenvolvimento dessa ação está relacionado ao alcance do objetivo específico d). A execução dessa ação ocorre de forma interativa com o Programa V, cabendo, nesse sentido, utilizar os mesmos espaços de articulação. As seguintes atividades deverão ser desenvolvidas:

a) levantamento e análise das legislações dos setores intervenientes e supervenientes à gestão dos recursos hídricos

As normas levantadas deverão ser devidamente analisadas, dando origem a um quadro-síntese da base legal levantada, cuja organização permitirá identificar o órgão ou entidade, a data, o assunto, a referência da norma legal e a ementa.

b) recomendações para que as políticas públicas setoriais abordem aspectos relacionados à gestão de recursos hídricos e criação de mecanismos de articulação

Deverão ser efetuadas recomendações e identificados, nos normativos setoriais analisados, pontos onde podem estar inseridos os aspectos de interesse da gestão de recursos hídricos, tendo como base as oportunidades de sinergia, bem como a criação de mecanismos de articulação objetivando que as políticas públicas correlatas levem em consideração a legislação de recursos hídricos.

XI. Elaboração de estudos sobre a adequação da legislação nacional de recursos hídricos com os acordos e tratados internacionais

O desenvolvimento dessa ação está relacionado ao alcance do objetivo específico e), que consiste em harmonizar a legislação nacional e os Acordos e Tratados Internacionais, devendo ser realizado em estreita articulação com as ações do subprograma I.3. As atividades desenvolvidas no âmbito da Câmara Técnica de Gestão Técnica de Recursos Hídricos Transfronteiriços (CT-GRHT) devem ser devidamente

considerados no escopo dessa ação.

a) cadastro e acompanhamento da edição dos acordos e tratados internacionais sobre recursos hídricos dos quais o Brasil é signatário

b) estudo da legislação dos recursos hídricos dos países envolvidos nos acordos e tratados assinados pelo Brasil

c) análise da convergência dos acordos e tratados internacionais com a legislação nacional de Recursos Hídricos

Os atos internacionais levantados e estudados, especialmente os tratados, devem ser examinados à luz da legislação nacional. Ênfase especial deve ser dada ao Tratado de Cooperação Amazônica e ao Tratado da Bacia do Prata. A análise efetuada deve apontar divergências, bem como os instrumentos que potencializam a harmonização de interesses.

d) propostas e encaminhamentos de ajustes legais e acompanhamento

Tendo como base os resultados dos itens ii) e iii), essa atividade pressupõe a elaboração de proposições de mútuos ajustes legais, visando harmonizar as divergências constatadas, utilizando os instrumentos e meios que propiciem essa harmonização.

5.2 PARTE 2 – Ações elegíveis no médio e longo prazos do PNRH (2015, 2020)

Para os horizontes temporais de médio e longo prazos (2015 e 2020) as orientações para detalhamentos futuros deverão ter como base os resultados alcançados nos primeiros anos de implementação do Plano.

Contudo, destaca-se a existência de ações de duração continuada, presentes ao longo de todos os horizontes temporais de implementação do PNRH. Tais ações trazem subsídios ao processo de acompanhamento e monitoramento do Plano e às suas sucessivas revisões.

Assim, tomando como base a Parte 1 do presente subprograma, resgatam-se as seguintes ações:

I. Revisão e atualização periódica do planejamento estratégico no âmbito do escopo do Bloco A, pelo menos quadrienalmente, ou em período inferior caso necessário;

II. Análise consolidada da efetividade e eficácia das ações propostas, a partir dos indicadores definidos para o subprograma;

III. Incorporação de novos ajustes e inovações se necessários, incluindo as demandas contínuas subsidiadas pela implementação dos outros programas;

IV. Elaboração relatório executivo ao final de cada ano de execução do subprograma – Informe SIGEOR - que deverá indicar ações mais imediatas, revisões de trajetória e o planejamento do ano subsequente;

6. Área de Abrangência e Beneficiários

Esse Subprograma tem abrangência nacional e trará reflexos diretos nas ações das instituições cujas atribuições se relacionam à gestão de recursos hídricos, tanto no âmbito da União, quanto das Unidades Federadas, quanto nas instâncias decisórias e operacionais ao nível das bacias hidrográficas.

Os beneficiários são a sociedade como um todo, compreendendo as comunidades, os usuários de recursos hídricos e os órgãos públicos e, mais diretamente, os integrantes do SINGREH.

É relevante notar que a regulamentação de aspectos e dispositivos legais ainda pouco claros, além de eventuais ajustes que promovam o aprimoramento do SINGREH, são benefícios concretos a serem alcançados. Nesse sentido, vale reafirmar que dentre as incertezas críticas listadas na construção dos Cenários do PNRH, está a institucionalização da gestão integrada de recursos hídricos, associada à efetividade da implantação do SINGREH, dos instrumentos da Política de Recursos Hídricos, da sua integração com as demais políticas públicas e da consistência da participação social. No tocante às invariâncias identificadas na Construção de uma Estratégia Robusta no âmbito dos cenários do PNRH destaca-se o perigo de que o SINGREH seja burocratizado e perca operatividade.

Assim, a implementação desse subprograma deverá contribuir para dar ritmo à implementação da Lei 9.433/97, cabendo, ainda, ser computados os ganhos advindos da convergência e mútua compatibilização entre diplomas legais e critérios aplicados à gestão das águas, na esfera federal e das unidades da Federação.

7. Metas

Conforme Quadro 1

8. Indicadores de Monitoramento e Avaliação

Conforme Quadro 1

MINUTA VERSÃO 10/10/2007

Quadro 1 - Metas e Indicadores da Parte 1

Ações Elegíveis no Curto Prazo do PNRH (até 2011)		Meta	Indicador
Bloco 1 – Alterações Estruturais <u>Objetivo Específico</u> - propor ajustes legais e jurídicos, <u>de cunho estrutural</u> , após avaliação periódica da eficácia e da efetividade da implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos e da atuação do SINGREH, notadamente tendo em vista os seus reais reflexos no alcance dos objetivos estratégicos (finalísticos) do PNRH	I. Realização de planejamento estratégico II. Revisão e atualização periódica do planejamento estratégico	Realizar, até junho de 2008, um processo de planejamento estratégico, envolvendo o CNRH, respectivas Câmaras Técnicas e partes interessadas internas e externas ao SINGREH, com revisão pelo menos quadrienal, ou em período anterior.	- Planejamento estratégico realizado e os resultados consolidados em um documento executivo
	III. Construção de pactos quando as soluções apontadas exigirem a elaboração de normativos legais fora do âmbito do SINGREH	Realizar, a partir de julho de 2008, reuniões visando a construção de pactos para elaboração de normas fora do âmbito do SINGREH, mas de interesse da área de recursos hídricos.	-Normativos legais fora do âmbito do SINGREH, resultantes de pactos e negociações efetuadas com os responsáveis pela formulação e implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos
	IV. Elaboração dos normativos legais necessários, relacionados a alterações estruturais, no âmbito e fora do SINGREH V. Encaminhamentos dos normativos legais elaborados VI. Acompanhamento da tramitação dos normativos por parte dos responsáveis pela execução do Subprograma e da implementação dos mesmos quando aprovados VII. Acompanhamento da implementação dos normativos	Elaborar, encaminhar e aprovar, a partir de julho de 2008, propostas de normativos legais relacionados às alterações estruturais.	-Documentos contendo propostas de normativos legais contemplando as alterações estruturais necessárias -Quantidade de normativos legais, relacionados às alterações estruturais, aprovados -Redução dos entraves e dificuldades em implementar a Política Nacional de Recursos Hídricos e o SINGREH, em razão de adequações estruturais na legislação de recursos hídrico, ou em razão da elaboração de dispositivos relacionados à estrutura jurídica e administrativa brasileira
Bloco 2 – Alterações Incrementais	I. Elaboração de projetos de normativos legais visando a	Elaborar, encaminhar e aprovar, a partir de julho de 2008, propostas de	-Relatórios de avaliação legal e institucional, contendo as necessidades

MINUTA VERSÃO 10/10/2007

Ações Elegíveis no Curto Prazo do PNRH (até 2011)		Meta	Indicador
<p>1º Conjunto – Alterações Incrementais de Cunho Operacional</p> <p><u>Objetivo Específico:</u> desenvolver estudos para subsidiar a elaboração de projetos de normas legais e infralegais, atendendo às necessidades de regulamentação e os ajustes necessários na base legal que rege a gestão de recursos hídricos, tanto no que tange aos instrumentos da política, quanto no que diz respeito a aspectos qualitativos relacionados ao desempenho do modelo institucional preconizado no SINGREH.</p>	<p>regulamentação da legislação vigente de recursos hídricos</p> <p>II. Encaminhamentos dos normativos legais elaborados</p> <p>III. Acompanhamento da tramitação dos normativos</p> <p>IV. Acompanhamento da implementação dos normativos aprovados</p>	<p>normativos legais relacionados à regulamentação da legislação de recursos hídricos vigentes.</p>	<p>de regulamentação, assim como os resultados do levantamento e análise das propostas de normativos em tramitação</p> <ul style="list-style-type: none"> - Documentos contendo propostas de normativos legais contemplando as necessidades levantadas - Cadastro e estruturação de base de dados das normas nacionais realizado - Quantidade de normativos legais, relacionados às necessidades de regulamentação aprovados - Redução dos entraves e dificuldades em implementar a Política Nacional de Recursos Hídricos e o SINGREH, em razão dos ajustes e preenchimento de lacunas realizados com a implementação dos normativos aprovados
<p>2º Conjunto – Alterações Incrementais de Cunho Estratégico Institucional</p> <p><u>Objetivo Específico:</u> desenvolver estudos para subsidiar a elaboração de projetos de normas legais e infralegais, atendendo às necessidades de regulamentação e os ajustes necessários na base legal que rege a gestão de recursos hídricos, tanto no que tange aos instrumentos da política, quanto no que diz respeito a aspectos qualitativos relacionados ao desempenho do modelo institucional</p>	<p>V. Elaboração de projetos de normativos referentes ao desempenho institucional do SINGREH</p> <p>VI. Encaminhamentos dos normativos legais elaborados</p> <p>VII. Acompanhamento da tramitação dos normativos,</p> <p>VIII. Acompanhamento da implementação dos normativos aprovados e propostas de adequação, se necessárias.</p>	<p>- Elaborar, encaminhar e aprovar, a partir de julho de 2008, propostas de normativos legais relacionados à melhoria do desempenho institucional do SINGREH</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Relatórios de avaliação institucional, identificando necessidades de ajustes e preenchimentos de lacunas atinentes ao desempenho institucional do SINGREH. - Relatórios contendo os resultados do levantamento e análise das propostas de normativos em tramitação relacionadas ao desempenho do SINGREH - Documentos contendo propostas de projetos de lei, decretos ou outros instrumentos, contemplando os ajustes necessários - Quantidade de normativos legais, relacionados ao desempenho institucional do SINGREH aprovados - Melhoria do desempenho institucional do

MINUTA VERSÃO 10/10/2007

Ações Elegíveis no Curto Prazo do PNRH (até 2011)		Meta	Indicador
preconizado no SINGREH.			SINGREH, em razão dos ajustes realizados com a implementação dos normativos aprovados
<u>Objetivo Específico:</u> elaborar estudos visando harmonizar as legislações estaduais de recursos hídricos entre si e com a legislação federal;	IX. Elaboração de estudos sobre a convergência das legislações estaduais com a legislação nacional e da adequação das legislações estaduais às características regionais	- Consolidar, a partir de julho de 2008, propostas de ajustes legais visando à harmonização das legislações das Unidades Federadas à legislação nacional e às particularidades regionais	<ul style="list-style-type: none"> - Relatório contendo análise de convergência das legislações das UF à legislação nacional - Relatório contendo análise da adequação das legislações das UF às particularidades regionais -Cadastro e estruturação de base de dados das normas estaduais realizado -Relatórios contendo propostas de ajustes e aprimoramentos para os Sistemas Estaduais, devidamente acordadas com as Unidades Federadas
<u>Objetivo Específico:</u> efetuar recomendações para que a legislação de outros setores – notadamente, meio ambiente, desenvolvimento urbano e saneamento – passe a incorporar aspectos de interesse da gestão de recursos hídricos	X. Elaboração de estudos sobre as legislações setoriais e sua articulação com a legislação de recursos hídricos	- Consolidar, a partir de julho de 2008, estudos sobre as legislações setoriais e sua relação com a legislação de recursos hídricos, bem como propostas de mecanismos de articulação	<ul style="list-style-type: none"> - Cadastro e estruturação de base de dados das normas setoriais correlatas à legislação de recursos hídricos realizado - Relatório contendo análise das normas setoriais levantadas, com a identificação de possíveis conflitos, indevidas superposições e oportunidades de articulação - Relatório contendo recomendações para que as políticas setoriais abordem questões de interesse da gestão de recursos hídricos e propostas de estratégias institucionais de articulação

MINUTA VERSÃO 10/10/2007

Ações Elegíveis no Curto Prazo do PNRH (até 2011)		Meta	Indicador
Objetivo Específico: harmonizar a legislação nacional com os Acordos e Tratados Internacionais	XI. Elaboração de estudos sobre a adequação da legislação nacional de recursos hídricos com os acordos e tratados internacionais	- Consolidar, a partir de julho de 2008, propostas de encaminhamentos e de ajustes legais visando à adequação da legislação nacional de recursos hídricos com os acordos e tratados internacionais	- Relatório contendo análise da convergência dos dos acordos e tratados internacionais com a legislação nacional de Recursos Hídricos - Documento contendo propostas de mútuos ajustes legais, bem como estratégias de encaminhamento das propostas efetuadas

9. Executores e Intervenientes:

SRHU como executor, contando com o apoio técnico da ANA e com as orientações políticas do MMA.

Esse trabalho deverá contar com equipe profissional qualificada em direito de águas, incluindo o o envolvimento de especialista em direito internacional público

10 - Preços e Fontes de Recursos

A ANA e o MMA, por meio da SRHU, são os principais órgãos federais com competências relacionadas à gestão dos recursos hídricos, bem como a conservação, recuperação e uso racional da água, contemplando os principais programas e ações do governo federal voltados à gestão desses recursos. É imperativo, portanto, que parte dos recursos financeiros destinados a esses órgãos considerem as ações previstas neste Subprograma.

Dadas as características do Subprograma, cabe ainda considerar os recursos financeiros oriundos de contrapartidas dos estados e do Distrito Federal por atividades desenvolvidas no âmbito de Convênios de Cooperação e de Integração celebrados entre estes e o MMA e a ANA. O Quadro 2 sintetiza os preços e fontes de recursos para o desenvolvimento do Subprograma II.3

As atividades que serão desenvolvidas no período 2012-2020 deverão ter seus preços e fontes de recursos definidos em função das revisões do PNRH e do PPA, previstas para 2011.

11. Cronograma Físico de Execução

O cronograma físico corresponde ao período de 2008 a 2011 está representado no Quadro 3.

MINUTA VERSÃO 10/10/2007

Quadro 2 - Preços e Fontes de Recursos

AÇÕES ELEGÍVEIS DO SUBPROGRAMA		VALOR R\$ 1.000,00	FONTE
5.1 - AÇÕES ELEGÍVEIS NO CURTO PRAZO DO PNRH (ATÉ 2011)		R\$ 3.350,00	
Bloco 1 – Alterações Estruturais	<p>➤ contratação de consultoria especializada em planejamento estratégico, cujo escopo do trabalho deverá contemplar as seguintes atividades:</p> <ul style="list-style-type: none"> - a identificação de atores estratégicos, externos e internos ao SINGREH, no conjunto das partes interessadas, que deverão ser consultados no sentido de - a realização de entrevistas especializadas com os atores identificados; - a realização de um processo de planejamento propriamente dito, focado nos resultados das entrevistas realizadas, envolvendo os membros do CNRH, das Câmaras Técnicas e representantes das partes interessadas. 	500	SRHU, ANA, ESTADOS, AGÊNCIAS
	➤ construção de pactos quando as soluções apontadas exigirem a elaboração de normativos legais fora do âmbito do SINGREH;	150	SRHU, ANA, ESTADOS, AGÊNCIAS
	➤ elaboração dos normativos legais necessários, âmbito e fora do SINGREH, por profissional especializado em direito de águas, que deverá definir quais os dispositivos mais adequados a serem utilizados, ou seja, se emendas constitucionais, leis, resol	150	SRHU
	➤ encaminhamentos dos normativos legais elaborados por quem de direito;		
	➤ acompanhamento da tramitação dos normativos por parte dos responsáveis pela execução do subprograma;		
	➤ acompanhamento da implementação dos normativos aprovados;	150	SRHU/ANA
	➤ revisão e atualização periódica do planejamento estratégico no âmbito do escopo do Bloco A, pelo menos quadrienalmente, ou em período inferior caso necessário.		
Bloco 2 - Alterações Correntes	1º Conjunto – Alterações Correntes de Cunho Operacional		SRHU/ANA
	<p>➤ Elaboração de projetos de normativos legais visando a regulamentação da legislação vigente de recursos hídricos</p> <ul style="list-style-type: none"> - complementação do levantamento e análise dos artigos da Lei nº 9.433/97 que demandem regulamentação - levantamento e análise das propostas de normativos em tramitação - elaboração de propostas de projetos de lei, decretos ou outros instrumentos - encaminhamentos dos normativos legais elaborados; - acompanhamento da tramitação dos normativos por parte dos responsáveis pela execução do subprograma; - acompanhamento da implementação dos normativos aprovados e propostas de adequação, se necessárias. 	750	SRHU/ANA

MINUTA VERSÃO 10/10/2007

AÇÕES ELEGÍVEIS DO SUBPROGRAMA		VALOR R\$ 1.000,00	FONTE
5.1 - AÇÕES ELEGÍVEIS NO CURTO PRAZO DO PNRH (ATÉ 2011)			
Bloco 2 - Alterações Correntes	2º Conjunto - Alterações Correntes de Cunho Estratégico Institucional		
	<p>➤ Elaboração de projetos de normativos referentes ao desempenho institucional do SINGREH</p> <ul style="list-style-type: none"> - identificação de necessidades de ajustes e de preenchimento de lacunas no âmbito do desempenho institucional do SINGREH - levantamento e análise das propostas de normativos em tramitação - elaboração de propostas de projetos de lei, decretos ou outros instrumentos - encaminhamentos dos normativos legais elaborados; - acompanhamento da tramitação dos normativos por parte dos responsáveis pela execução do subprograma; - acompanhamento da implementação dos normativos aprovados e propostas de adequação, se necessárias. 	750	SRHU/ANA
	<p>➤ Elaboração de estudos sobre a convergência das legislações estaduais com a legislação nacional e da adequação das legislações estaduais às características regionais</p> <ul style="list-style-type: none"> - cadastro das legislações estaduais e dos normativos infra-legais sobre recursos hídricos existentes e levantamento de outros normativos estaduais correlatos em processo de elaboração ou aprovação por parte das Unidades da Federação (UF) - análise da convergência das legislações levantadas nas UF com a legislação nacional - análise da adequação das legislações estaduais às características regionais - propostas de ajustes legais para harmonização das legislações. 	200	SRHU/ANA
	<p>➤ Elaboração de estudos sobre as legislações setoriais e sua articulação com a legislação de recursos hídricos</p> <ul style="list-style-type: none"> - levantamento e análise das legislações dos setores intervenientes e supervenientes à gestão dos recursos hídricos - recomendações para que as políticas públicas setoriais abordem aspectos relacionados à gestão de recursos hídricos - criação de mecanismos de articulação 	500	SRHU/ANA/ Ministérios intervenientes
	<p>➤ Elaboração de estudos sobre a adequação da legislação nacional de recursos hídricos com os acordos e tratados internacionais</p> <ul style="list-style-type: none"> - cadastro e acompanhamento da edição dos acordos e tratados internacionais sobre recursos hídricos dos quais o Brasil é signatário - estudo da legislação dos recursos hídricos dos países envolvidos nos acordos e tratados assinados pelo Brasil - análise da convergência dos acordos e tratados internacionais com a legislação nacional de Recursos Hídricos - propostas e encaminhamentos de ajustes legais - acompanhamento dos encaminhamentos propostos 	200	SRHU/ANA

MINUTA VERSÃO 10/10/2007

Ações Elegíveis no Curto Prazo do PNRH (até 2011)		2008		2009	2010	2011	
Bloco 1 – Alterações Estruturais	I. Realização de planejamento estratégico						
	II. Revisão e atualização periódica do planejamento estratégico						
	III. Construção de pactos quando as soluções apontadas exigirem a elaboração de normativos legais fora do âmbito do SINGREH						
	IV. Elaboração dos normativos legais necessários, relacionados a alterações estruturais, no âmbito e fora do SINGREH						
	V. Encaminhamentos dos normativos legais elaborados						
	VI. Acompanhamento da tramitação dos normativos por parte dos responsáveis pela execução do subprograma e da implementação dos mesmos quando aprovados						
	VII. Acompanhamento da implementação dos normativos						
Bloco 2 – Alterações Incrementais 1º Conjunto – Alterações Incrementais de Cunho Operacional	I. Elaboração de projetos de normativos legais visando a regulamentação da legislação vigente de recursos hídricos						
	II. Encaminhamentos dos normativos legais elaborados						
	III. Acompanhamento da tramitação dos normativos						
	IV. Acompanhamento da implementação dos normativos aprovados						
2º Conjunto – Alterações Incrementais de Cunho Estratégico Institucional	V. Elaboração de projetos de normativos referentes ao desempenho institucional do SINGREH						
	VI. Encaminhamentos dos normativos legais elaborados						
	VII. Acompanhamento da tramitação dos normativos,						
	VIII. Acompanhamento da implementação dos normativos aprovados e propostas de adequação, se necessárias.						
	IX. Elaboração de estudos sobre a convergência das legislações estaduais com a legislação nacional e da adequação das legislações estaduais às características regionais						
	X. Elaboração de estudos sobre as legislações setoriais e sua articulação com a legislação de recursos hídricos						
	XI. Elaboração de estudos sobre a adequação da legislação nacional de recursos hídricos com os acordos e tratados internacionais						

MINUTA VERSÃO 10/10/2007

Componente:	Desenvolvimento da Gestão Integrada de Recursos Hídricos no Brasil
Programa:	II – Desenvolvimento Institucional da Gestão Integrada de Recursos Hídricos no Brasil
Subprograma:	II.4 – Sustentabilidade Econômico-Financeira da Gestão de Recursos Hídricos

<p>1. Introdução</p> <p>A implantação da Política Nacional de Recursos Hídricos dependerá da disponibilidade de recursos financeiros para as ações de gestão e, notadamente, para as ações estruturais.</p> <p>A elaboração de um Subprograma com o objetivo de promover a sustentabilidade econômico-financeira da gestão de recursos hídricos deve ser orientada tanto no sentido de conhecer e fazer conhecer as fontes de recursos disponíveis para o financiamento do Plano Nacional de Recursos Hídricos e dos Planos de Recursos Hídricos, quanto no sentido de estudar formas e mecanismos para melhor desenvolver as ações estruturais visando a sustentabilidade das intervenções e a racionalidade ótima dos aproveitamentos, além de promover a coordenação da aplicação das diversas fontes.</p> <p>Em síntese o subprograma agrega ações programáticas, contemplando:</p> <ul style="list-style-type: none">• a identificação de possíveis fontes de receita e de financiamento para ações em recursos hídricos;• propostas de estruturação de linhas de crédito, com particular atenção para condicionantes que venham a induzir atitudes, práticas e intervenções do interesse da Gestão Integrada dos Recursos Hídricos (GIRH);• propostas de mecanismos para assegurar que os recursos originados da compensação financeira e de <i>royalties</i> recolhidos pelo setor elétrico sejam investidos em ações convergentes com a gestão de recursos hídricos.
<p>2. Contexto e Justificativas</p> <p>Dados recentes revelam que algo em torno de 95% dos investimentos que afetam direta ou indiretamente os recursos hídricos são empreendidos pelos setores usuários, restando apenas 5% a cargo das unidades diretamente responsáveis pela gestão das águas, nomeadamente Ministério do Meio Ambiente - MMA, Secretaria de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano -SRHU e Agência Nacional de Águas - ANA. Portanto, boa parte das diretrizes que deveriam nortear programas e projetos de recursos hídricos deveria ter origem em interfaces setoriais, em particular no que concerne às infra-estruturas hídricas.</p> <p>Assim, constata-se a necessidade de se promover grande articulação e coordenação entre as prioridades setoriais e aquelas originadas das análises sistêmica e multisetorial, notadamente presentes nos Planos de Recursos Hídricos.</p> <p>Dada a enorme demanda de investimentos em ações estruturais e não-estruturais, torna-se imprescindível o mapeamento das fontes de recursos financeiros e sua destinação de forma mais integrada às regiões e setores mais prioritários quando pensamos no conjunto da bacia hidrográfica.</p> <p>Outra questão relevante é a construção de projetos que venham a ser sustentáveis em suas etapas de operação, manutenção e administração.</p> <p>Ademais, é necessário também que sejam estudadas metodologias e estratégias que garantam que os projetos sejam concebidos e implantados de forma a contemplar o uso múltiplo das águas e a garantir sua sustentabilidade econômico-financeira.</p> <p>Nesse sentido, dada a crescente demanda de investimentos em ações estruturais e não-estruturais, torna-se imprescindível o mapeamento das fontes de recursos financeiros e sua destinação, de forma mais integrada, às regiões e setores prioritários definidos nos planos de recursos hídricos, especialmente levando em conta a</p>

diversidade de ações necessárias no conjunto das bacias hidrográficas brasileiras.

3. Conceitos e Diretrizes

O presente subprograma tem como referência os conceitos próprios do planejamento e da administração estratégica que foram incorporados ao PNRH. A observância do conceito de sustentabilidade que permeou a construção do Plano corresponde à necessidade de contemplar requisitos operacionais, a consistência dos arranjos institucionais, além das bases econômicas e financeiras (em especial, fontes de receitas), fatores indispensáveis à viabilidade executiva do Plano.

Dessa forma, a estruturação e a consolidação de linhas de financiamento se constituem em vetores essenciais à sustentabilidade, principalmente no que concerne à quantificação dos benefícios decorrentes das ações financiadas, sempre que possível traduzindo os benefícios quantificados em instrumentos para a recuperação dos custos envolvidos.

O Cenário *Água para Todos* destaca a importância do gerenciamento operativo dos recursos hídricos, que está intimamente ligado à sustentabilidade financeira, entre outros aspectos. Uma das invariâncias no campo das políticas públicas são os investimentos para o eficaz manejo dos recursos hídricos, fator esse que se constitui em um dos grandes desafios para o sucesso do SINGREH. O investimento público implica não só os recursos endógenos do SINGREH ou da compensação financeira pelo uso de energia hidrelétrica, como também os recursos dos demais setores do Orçamento do Setor Público Federal ligados aos recursos hídricos, bem como dos recursos orçamentários estaduais e municipais com esse mesmo perfil.

Nesse contexto as ações do subprograma vêm, também, ao encontro da necessidade de articulação entre os entes federados e entre as políticas urbana, de energia, de saneamento, agrícola, industrial, e outras, com a política de recursos hídricos, sob o risco de não se obter o necessário investimento para a solução das ações dos planos.

No que tange à cobrança, faz-se necessário também reconhecer o seu papel como instrumento econômico, voltado ao incentivo à racionalização do uso dos recursos hídricos, bem como sua função financeira, na composição das fontes de financiamento das ações estruturais e não estruturais que sustentarão a gestão dos recursos hídricos no País. Nesse sentido, as ações do subprograma III.7 que trata da Aplicação de Instrumentos Econômicos à Gestão de Recursos Hídricos, deverão estar em estreita articulação com a execução do presente subprograma.

Por fim, o desenvolvimento e a implementação desse subprograma se orienta pelas macrodiretrizes do PNRH, especialmente aquela voltada para *“identificar fontes de receita para financiamento de ações voltadas para a gestão integrada dos recursos hídricos, com vistas à sustentabilidade econômico-financeira das ações propostas.”*

4. Objetivo geral e objetivos específicos

Identificar e quantificar fontes potenciais de receitas, endógenas e exógenas ao SINGREH, para investimentos em ações de cunho institucional e de infra-estrutura física, incluindo a proposição de linhas de crédito e respectivos condicionantes, além da mensuração de inversões setoriais em favor dos recursos hídricos.

Este Subprograma divide-se em três objetivos específicos:

- k) cadastrar as fontes potenciais de investimentos em recursos hídricos;
- l) promover a destinação de recursos ao financiamento das ações para implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos;
- m) promover a execução de projetos hídricos sustentáveis;
- n) propor mecanismos para assegurar que a maior parte dos recursos originados da compensação financeira e de royalties recolhidos pelo setor elétrico sejam investidos em recursos hídricos;
- o) estabelecer linhas de crédito e respectivas condicionantes para induzir atitudes, práticas, e intervenções de interesse da gestão integrada dos recursos hídricos.

5. Descrição e ações previstas

O horizonte de curto prazo do PNRH (até 2011) foi adotado como referência para um maior detalhamento das ações programáticas e, para os outros horizontes, de médio e longo prazos (2015 e 2020) são indicadas orientações para detalhamentos futuros, que deverão ser materializadas em cadernos quadrienais, tendo como base os resultados alcançados nos primeiros anos de implementação do Plano. Isso justifica a estruturação do subprograma em duas partes principais, cabendo destacar a existência de ações de duração continuada, presentes ao longo de todos os horizontes temporais de implementação do PNRH. Essas ações trazem subsídios ao processo de acompanhamento e monitoramento do Plano e, em consequência, às suas sucessivas revisões.

5.1. Parte 1 – Ações elegíveis no curto prazo do PNRH (até 2011)

As ações desse subprograma estão organizadas em três blocos, associados ao atendimento dos objetivos específicos:

5.1.1. Bloco 1 – Fontes de receitas para investimentos em ações de cunho institucional e de infra-estrutura hídrica

A identificação de receitas para o financiamento de ações em políticas de recursos hídricos, ou a ela afetas, perpassa por compreender os mecanismos institucionais de financiamento direto da Política Nacional de Recursos Hídricos, bem como as fontes indiretas, decorrentes das políticas setoriais que afetam os recursos hídricos ou de possíveis fontes internacionais de financiamento.

Identificar fontes de receitas e de financiamento para a área dos recursos hídricos, bem como, os esquemas de financiamento para o custeio da implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos é um passo fundamental. Esses esquemas constituem-se pela composição da receita disponível, ou seja, a verificação da participação das receitas decorrentes dos instrumentos previstos na própria legislação de recursos hídricos, dos orçamentos dos setores de recursos hídricos e usuário, e posterior identificação da participação de fontes externas ao SINGREH. Assim, as fontes intrínsecas ao próprio SINGREH serão designadas como de recursos primários e aquelas oriundas de outras políticas públicas serão designadas como fontes de recursos derivados.

Frente ao exposto, prevê-se o desenvolvimento das seguintes ações nesse Bloco:

I. Identificação de recursos primários

As atividades a serem realizadas no âmbito dessa ação compreendem a identificação de fontes e a quantificação do potencial de arrecadação de recursos primários, advindos de receitas originárias, que podem ser desagregados em fontes “**concretas**” e “**potenciais**”, as primeiras são aquelas efetivamente implantadas com o marco legal estabelecido e segurança jurídica adequada.

a. fontes concretas

Análise do potencial de geração de receita das fontes de financiamento da implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos e do SINGREH, ou seja, a Compensação Financeira pela utilização de recursos hídricos para fins de geração de energia elétrica e a cobrança pelo uso de recursos hídricos, a saber:

- compensação financeira e os royalties

A Compensação Financeira e os Royalties de Itaipu, que são receitas similares, consistem na principal fonte orçamentária para a gestão de recursos hídricos no País, sendo transferidos a 22 (vinte e dois) estados, inclusive ao DF.

A legislação vincula a aplicação da cota da compensação financeira pela exploração de recursos hídricos destinada ao MMA à implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos, do SINGREH e da gestão da rede hidrometeorológica nacional. Tais recursos podem ser caracterizados como “**receita firme**”, ou seja, fonte concreta destinada ao setor.

Os recursos destinados ao FNDCT são aplicados no Fundo Setorial de Recursos Hídricos – CTHIDRO que tem fomentado pesquisas no País em torno do tema, sendo que o volume de recursos é da ordem de R\$ 15 milhões/ano. A parcela equivalente a 0,75% do valor da energia produzida é destinada ao MMA, especificamente à ANA, para implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos e do SINGREH.

Em relação ao financiamento da Gestão de Recursos Hídricos dos Estados-membro verifica-se que os recursos destinados para a água em muitos casos decorrem das transferências constitucionais da compensação financeira e dos *royalties* de Itaipu. Entretanto, existem exceções, principalmente nos Estados onde não ocorre geração de energia elétrica, ou não dispõe de áreas alagadas. É o caso do Estado do Rio Grande do Norte – RN, que destinou, como fonte orçamentária para a gestão dos recursos hídricos, 2% (dois por cento) da compensação financeira derivada da exploração de petróleo e gás natural.

A compensação financeira configura-se em uma fonte concreta, mas não vinculada a gestão de recursos hídricos, ou seja, não existe uma obrigatoriedade para que os recursos sejam exclusivamente aplicados na gestão das águas. No escopo dessa atividade cabe, portanto a proposição de mecanismos que assegurem que parte desses recursos para investimentos em recursos hídricos e a avaliação de seu potencial de efetividade e de arrecadação.

- cobrança pelo uso dos recursos hídricos

Os recursos oriundos da **cobrança pelo uso dos recursos hídricos**, fonte importante para o financiamento da gestão de recursos hídricos, também se caracterizam como uma **fonte** vinculada e garantida, mediante a sua instalação. No âmbito federal, esses recursos estão ressaltados de qualquer contingenciamento.

A cobrança deve ser analisada sob dois aspectos: conforme dimensão atual, bem como simulações de seu potencial de financiamento, tendo em vista seu aprimoramento, considerando uma maior disseminação desse instrumento, a definição de níveis mais adequados de preços e a sua consolidação como instrumento de gestão.

Estudos de caso como referências para a construção da sustentabilidade financeira do SINGREH deverão ser analisados, por exemplo os casos do Comitê do PCJ e do Paraíba do Sul. Tais estudos devem identificar os impactos da cobrança nos setores produtivos, de modo a fornecer subsídios para o reajuste dos valores cobrados.

Essa fonte orçamentária é vinculada diretamente às decisões dos próprios Comitês de Bacias Hidrográficas. Nesse sentido, no âmbito dessa atividade é importante verificar formas de incorporar no sistema de cobrança, aqueles usuários que se enquadram nos critérios definidos, mas ainda não são efetivamente cobrados.

Ainda no que tange ao aprimoramento dessa fonte de receitas, o CNRH ratificou a proposta de adoção de mecanismos diferenciados para a cobrança, que consistem no estabelecimento de compensações financeiras nas intervenções propostas e realizadas por particulares, mas que gerem benefícios à própria bacia. É um mecanismo interno ao Sistema, mas que alavanca investimentos privados que impactam positivamente os recursos hídricos.

Estudos sobre o aprimoramento dos mecanismos de financiamento reembolsável com recursos da cobrança estão em andamento e cabem ser complementados por meio dessa atividade. O objetivo é estabelecer linhas de financiamento para intervenções nas bacias hidrográficas, geridos por bancos de fomento, como o próprio BNDES ou a CEF.

b. fontes potenciais

São aquelas previstas na legislação, com capacidade arrecadadora, mas ainda sem a devida regulamentação, conforme discutido no subprograma II.3. São dois os casos principais. A primeira consiste no rateio das obras de uso múltiplo de interesse comum ou coletivo e a segunda na compensação a municípios.

- rateio de custos das obras de uso múltiplo de interesse comum ou coletivo

Conforme mencionado no subprograma II.3 não existe regulamentação específica no âmbito federal sobre o tema. Em alguns estados existe a previsão do instrumento, mas também sem uma experiência concreta.

No contexto dessa atividade, cabe avaliar esse instrumento econômico de forma a indicar a definição de critérios e de mecanismos para sua efetivação, levando em conta seu papel para o financiamento de obras em corpos de água.

- compensação a municípios

Também em articulação ao subprograma II.3 é importante analisar a viabilidade de potencializar mecanismos de compensação financeira aos municípios que adotem práticas

MINUTA VERSÃO 10/10/2007

ambientalmente sustentáveis na gestão de seu território, ou em decorrência de restrições de uso de suas terras ou áreas inundadas uma vez que para esse uso já existem mecanismos de compensação.

- outras fontes potenciais

Uma outra vertente a ser pesquisada, consiste na adoção, pelos Estados ou União, de mecanismos de política fiscal, de compensação e incentivos financeiros aos municípios ou usuários que promovam a boa gestão dos recursos hídricos, bem como estudos voltados à identificação de **novas fontes** de recursos e de financiamento para o setor de recursos hídricos. Essa discussão perpassa o levantamento das experiências em curso no País e internacionais com potencial de serem incorporadas pela Política Nacional de Recursos Hídricos.

II. Identificação de recursos derivados

As atividades a serem realizadas no âmbito dessa ação compreendem a identificação dos recursos derivados, que consistem em previsões de fontes e de mecanismos de financiamento decorrentes de políticas setoriais e de desenvolvimento regional, que tenham interfaces com a gestão dos recursos hídricos. Para tanto, essa ação deverá ser desenvolvida de forma articulada ao programa V, conforme as seguintes atividades:

a) análise das ações e recursos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e dos Planos Plurianuais (PPA)

Identificar os Programas e Projetos orçamentários das três esferas de governo (federal, estadual e municipal) que afetem os recursos hídricos, tais como o próprio Programa de Aceleração do Crescimento – PAC e os Programas de Revitalização de Bacias Hidrográficas. Também os programas setoriais de governo estão previstos no âmbito dos Planos Plurianuais de investimento – PPA's que deverão ser utilizados para a identificação dos programas e recursos públicos previstos

b) análise dos mecanismos de penalização

Embora os conceitos da Política de Recursos Hídricos sejam pautados em mecanismos de negociação social para a gestão de recursos hídricos, existem as penalidades, advindas da ação coercitiva do Estado, como a aplicação de multas, decorrentes principalmente do descumprimento, por parte dos usuários, das normas e procedimentos previstos nas legislações de recursos hídricos ou na legislação ambiental.

A Compensação Ambiental configura-se também em um mecanismo financeiro de compensação pelos efeitos de impactos não mitigáveis ocorridos quando há implantação de empreendimentos e identificados no processo de licenciamento ambiental. Tais recursos são destinados para as Unidades de Conservação para a consolidação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC.

No âmbito dessa atividade devem ser analisados esses pontos, e outros similares, avaliando a possibilidade de estabelecer mecanismos de transferência de recursos financeiros para o Sistema de Recursos Hídricos, no caso deles estarem atrelados a impactos sobre os recursos hídricos.

III. Fontes tradicionais: Caixa Econômica Federal - CEF e Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES

A Caixa Econômica Federal (CEF) é o principal agente das políticas públicas do governo federal. Prioriza setores como habitação, saneamento básico, infra-estrutura e prestação de serviços. De forma geral, os programas são operados com recursos do Orçamento Geral da União, que são repassados aos Estados, Distrito Federal e Municípios.

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) vem financiando os grandes empreendimentos industriais e de infra-estrutura no País. Na linha de financiamento para apoio a investimentos de desenvolvimento urbano e social, o BNDES apóia projetos de saneamento ambiental e recursos hídricos, públicos ou privados, que busquem a universalização do acesso aos serviços de saneamento básico e a recuperação de áreas ambientalmente degradadas.

MINUTA VERSÃO 10/10/2007

As possibilidades de articular os investimento em gestão de recursos hídricos por parte de organismos do tipo do BNDES e CEF devem ser detalhadas no âmbito dessa ação, de forma a potencializar as linhas de apoio financeiro e os programas existentes que se articulam com os objetivos da gestão integrada dos recursos hídricos.

IV. Identificação de recursos internacionais

Essa ação diz respeito à identificação de fontes internacionais de financiamento para a área de recursos hídricos. Tais recursos podem ser onerosos ou doações, os primeiros são oriundos de acordos de empréstimos celebrados entre algum ente federado e um organismo internacional de fomento, os segundos são decorrentes de fundo internacionais com propósitos específicos, como o Fundo Mundial para Meio Ambiente – GEF, e de fundos com objetivos determinados, como o Fundo Aliança BID - Países Baixos para a gestão integrada de Recursos Hídricos – INWAP, dentre outros.

Os Organismos Multilaterais como o Banco Mundial – BIRD, o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, o Banco Japonês para Cooperação Internacional – JBIC desenvolvem estratégias específicas para cada país, que incluem linhas de crédito ou apoio para o setor público e para o setor privado. As linhas de financiamento internacionais podem ser identificadas nos documentos de referência de cada instituição, tendo em vista são discutidos com os representantes do País nesses organismos.

Historicamente, o BID financia prioritariamente o setor de saneamento e o Banco Mundial a área de Recursos Hídricos. Atualmente, os principais acordos de empréstimos em vigor relacionados à questão da água são o Programa Proágua Nacional, vinculado a ANA e ao Ministério da Integração Nacional; o Programa de Gerenciamento Integrado dos Recursos Hídricos do Estado do Ceará - PROGERHI. O Estado da Bahia está em fase de negociação final de um novo projeto para o setor.

Cabe, ainda, identificar e cadastrar no escopo dessas ação outros mecanismos de financiamento internacional que possibilitem a alocação de recursos em projetos de médio porte, com aportes financeiros um pouco mais expressivos, como por exemplo, a Estratégia Quadro da Comunidade Comum Européia, que tem um orçamento disponível no 7º Programa-Quadro de Pesquisa e Desenvolvimento da União Européia - FP7 que supera os €\$ 50,5 bilhões para o período entre 2007 e 2013 e o Fundo Mundial para o Meio Ambiente – GEF que da suporte a diversos projetos em execução no País, tais como o Regional GEF Bacia Amazônica.

No que tange a Cooperação Técnica Bilateral, aquela decorrente de programas específicos dos diversos países, os recursos são, na sua maioria, de pequeno valor, com prazo de duração curto, e com objetos específicos. Alguns fundos estabelecem como prerrogativa ao acesso a seus recursos a inclusão de técnicos ou empresas dos países financiadores.

Uma questão importante consiste na incorporação de critérios hídricos e ambientais como condicionantes na celebração de acordos de empréstimos e, se possível, nas próprias linhas de crédito e fomento dos referidos organismos internacionais, cujo objetivo deverá ser perseguido ao longo do desenvolvimento do programa.

V. Identificação de investimentos privados

A identificação dos investimentos privados setoriais deverá ser realizada de forma integrado ao Subprograma III.8, de forma a permitir o conhecimento pleno dos programas e suas fontes de financiamento, incluindo os detalhes relativos à sua operação, à inscrição de projetos, aos critérios de elegibilidade e aos resultados apresentados de aplicação por bacia hidrográfica e por setor.

VI. Contatos com fontes de financiamento

Essa ação pressupõe a realização de um conjunto de reuniões estratégicas com as principais fontes para financiamento identificadas, com o intuito de conhecer as políticas internas dessas fontes, os respectivos sistemas de financiamento, a melhor forma de aproximação, bem como contribuir com elas na definição de critérios para regular a seleção de projetos e programas.

VII. Cadastramento das fontes identificadas

As fontes identificadas deverão ser cadastradas, sendo as informações organizadas em base de dados específica, de forma a permitir pesquisas por fichas-resumo contendo, entre outras

informações consideradas relevantes: a identificação e a classificação da fonte; políticas institucionais; prioridades e linhas de financiamento; critérios de elegibilidade, procedimentos para preparação e negociação dos programas e projetos nas diversas fontes; volume de recursos.

Deverá, ainda ser elaborada uma matriz de financiamento, consolidando as informações levantadas sobre as principais fontes de investimento identificadas.

VIII. Avaliação e atualização sistemática das fontes para investimento

Essa ação, de duração continuada, compreende uma avaliação crítica das fontes levantadas, de forma a analisar a busca de apoio financeiro a determinada fonte e o confronto com o que foi efetivado, bem como o volume de investimentos, entre outros aspectos. Essa análise contribuirá para a atualização sistemática das fontes para investimentos em recursos hídricos levantadas, cabendo, a inclusão de novas oportunidades e o descarte daquelas não consideradas eficientes para os propósitos da área de recursos hídricos.

IX. Capacitação técnica e institucional das entidades do SINGREH e de agentes financiadores de projetos em recursos hídricos

Essa ação se relaciona à preparação de processos de capacitação e formação das entidades do SINGREH e de agentes financiadores de projetos em recursos hídricos. Para os primeiros, o objetivo é habilitá-los a concorrer aos recursos disponíveis nas fontes identificadas. Cabe reforçar que a execução dessa ação possui estreita articulação com o desenvolvimento do subprograma IV.2.

Para os agentes financiadores prevê-se a construção conjunta de uma agenda de treinamentos, com base nos princípios e as premissas estabelecidas pela Lei Federal nº 9.433/97, de forma a fornecer elementos a esses agentes para subsidiá-los na análise e na aprovação de programas e projetos estruturais e não estruturais relacionadas aos recursos hídricos.

5.1.2. Bloco 2 – Proposta de estruturação de linhas de crédito

As ações do Bloco 2 estão relacionadas ao cumprimento do objetivo específico: “estabelecer linhas de crédito e respectivas condicionantes para induzir atitudes, práticas, e intervenções de interesse da gestão integrada dos recursos hídricos”. O desenvolvimento desse Bloco passa pela compreensão da dinâmica econômica das empresas e dos mercados.

Para tanto, propõe-se o desenvolvimento das seguintes ações:

I. Identificação dos obstáculos relativos à obtenção de recursos por parte dos setores demandantes

O desenvolvimento dessa ação se atém à definição de formas que permitam identificar as dificuldades encontradas para obtenção de recursos, por parte dos diversos setores e segmentos com atuação na área de recursos hídricos.

II. Análise, dimensionamento e quantificação da demanda de investimentos em recursos hídricos

Essa ação constitui no estabelecimento de propostas de mecanismos para quantificar a demanda de investimentos em recursos hídricos, por meio da identificação dos investimentos previstos no âmbito dos Planos Estaduais de Recursos Hídricos, nos Planos de Bacias hidrográficas e também aqueles constantes dos diversos Programas do Plano Nacional de Recursos Hídricos.

Um mecanismo adicional para identificação de demandas de investimentos públicos e privados em recursos hídricos pode ser obtido com a inclusão da demanda de água como componente da matriz insumo-produto dos diversos setores usuários da água. A Matriz Insumo Produto dá a composição de custos para a produção de produtos de um determinado setor e permite fazer previsões do impacto de novas atividades em outros setores, utilizando indicadores específicos. A estruturação dos indicadores ou coeficientes que serão utilizados é uma atividade estratégica e fundamental dessa ação.

Ainda nesse sentido, cabe desenvolver estudos, no escopo dessa ação, para estabelecer a

correlação entre o Produto Interno Bruto – PIB e a demanda sobre recursos hídricos, de relevante importância para estimar impactos sobre a demanda de água a partir de taxas de crescimento regionais.

III. Proposição de critérios "hídricos" a serem incorporados como condicionantes nas linhas de financiamento público e privado

Essa ação diz respeito à recomendação de “**critérios hídricos**” mínimos que deverão servir como parâmetros na análise de investimentos, por parte dos agentes de financiamento. Tem como eixo condutor as definições constitucionais relacionadas aos recursos hídricos e a legislação específica vigente, com destaque para a outorga dos direitos de uso dos recursos hídricos, do enquadramento dos corpos de água e dos Planos de Recursos Hídricos nas suas três esferas.

Nesse sentido, cabe ressaltar a estreita articulação dessa ação ao Programa III, que trata dos instrumentos de gestão de recursos hídricos e do subprograma II.3, referente à adequação e complementação do marco legal.

Atualmente já existem diversos mecanismos nacionais e internacionais de adesão para os agentes financeiros que estabelecem normas e procedimentos de cunho ambiental. Tais mecanismos devem ser analisados, de forma a construir propostas para inserção da temática dos recursos hídricos em seus conceitos.

Em adição, cabe definir regiões, ou bacias hidrográficas, onde os conflitos pelo uso da água são reais e potenciais. Uma outra vertente dessa análise consiste em desenvolver o conceito de usuário hidointensivo. Tais definições, integradas a outros aspectos, permitem estabelecer um zoneamento das condições de exploração dos recursos hídricos, conforme a categoria do empreendimento, podendo se constituir em um elemento balizador para a definição dos critérios hídricos por parte dos agentes de fomento, em vista dos riscos associados.

IV. Proposição de mecanismos de indução à aplicação dos recursos da União, das Unidades Federadas, dos municípios e dos setores usuários na gestão de recursos hídricos

O desenvolvimento dessa ação pressupõe a definição de mecanismos que induzam à aplicação dos recursos da União, das Unidades Federadas, dos municípios e dos setores usuários na gestão de recursos hídricos. A proposta desses mecanismos deve ser acompanhada de uma análise de viabilidade de sua aplicação, considerando custos e desafios a serem vencidos para sua operacionalização, articulações necessárias, benefícios e efetividade, bem como condicionantes jurídicas e legais.

Dentre esses mecanismos deverá ser analisada a viabilidade de criação e implementação de um Fundo Nacional de Recursos Hídricos, como forma de otimizar os aportes oriundos da cobrança, evitando contingenciamentos, de forma a garantir seu retorno às bacias hidrográficas de origem.

Para subsidiar os estudos de viabilidade para criação de um Fundo Nacional de Recursos Hídricos, além de conhecer os regulamentos jurídicos dos fundos existentes, bem como os seus fundamentos legais, faz-se necessário realizar uma análise aprofundada dos fundos existentes, sua funcionalidade, vantagens, dificuldades encontradas na operacionalização, resultados alcançados, fundamentos legais e jurídicos. Inclui-se aqui uma análise dos Fundos de Recursos Hídricos existentes nos Estados.

Ainda no âmbito dessa ação, cabe analisar os mecanismos que assegurem que os recursos advindos da compensação financeira e dos royalties recolhidos pelo setor elétrico sejam investidos em recursos hídricos.

Devem ser propostos mecanismos de indução do comportamento dos consumidores e das próprias empresas, a partir da disseminação da problemática do tema água, induzindo a um consumo racional e sustentável da água, promovendo o combate ao desperdício da água e usos que comprometam a sua qualidade. Tais mecanismos podem ser classificados como voluntários ou de persuasão. Nessa categoria ressalta-se o instrumento da educação ambiental, focada na problemática dos recursos hídricos, conforme devidamente detalhado no Programa IV do PNRH.

Uma análise da percepção do empresariado sobre o tema faz-se necessária, uma vez que parece haver distintas compreensões sobre esse mecanismo. A incorporação por parte das empresas dos princípios de Responsabilidade Social e Ambiental Corporativa consiste em uma vertente a ser incentivada e aprimorada, com a adequação de mecanismos que venham a intervir nesse princípios.

Neste sentido, é importante criar mecanismos para induzir que as políticas de governança corporativa ao estabelecer canais de comunicação com a sociedade e com os acionistas (partes interessadas), incorporem as questões ambientais e hídricas. Dessa forma, pretende-se que as ações de Responsabilidade Sócioambiental articulem-se com a gestão de recursos hídricos de forma mais pragmática, contribuindo com a implementação dos programas e projetos inseridos no âmbito dos planos de recursos hídricos das bacias hidrográficas.

Ainda na linha dos mecanismos de adesão voluntária, cabe analisar as possibilidades de estabelecer requisitos de certificação, em áreas geográficas específicas, como objetivo de induzir à adoção de práticas sustentáveis pelos usuários, como forma de acessar recursos financeiros, por exemplo, para financiar ações em planos de bacias hidrográficas.

Nesse item, cabe ainda avaliar a questão dos seguros relacionados aos riscos de acidentes que afetem aos recursos hídricos, de conflitos pelo uso da água, dentre outros, tanto do ponto vista técnico, quanto de sua operacionalidade e necessidades de regulamentação. Esse tipo de mercado fomenta a ampliação de cuidados por parte das empresas, uma vez que a risco de acidentes eleva o valor do seguro, induzindo, portanto, a prática de ações ambientalmente sustentáveis. Ressalta-se que tramitam no Congresso Nacional diversos projetos de lei que estabelecem mecanismos para o Seguro Ambiental no Brasil, mas que se encontram ainda em processo de discussão.

V. Propor mecanismos de aplicação dos recursos do CT-HIDRO na implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos

Essa ação terá o envolvimento direto da Câmara Técnica de Ciência e Tecnologia do CNRH, que deverá interagir com o Comitê Gestor do CT-HIDRO, por meio de levantamento conjunto das necessidades de desenvolvimento científico e tecnológico na área de recursos hídricos e definição das prioridades de aplicação dos recursos financeiros.

5.1.3. Bloco 3 – Projetos Sustentáveis

As ações desse Bloco estão relacionadas ao objetivo específico: “promover a execução de projetos hídricos sustentáveis”. A execução dessas ações está estreitamente articulada ao desenvolvimento do Bloco 2, visto que estabelece estudos e critérios para elaboração e definição de projetos sustentáveis, com ênfase especial na gestão de recursos hídricos, de forma que os projetos que cumpram esses requisitos sejam priorizados nos financiamentos por parte dos agentes financeiros. Para o alcance deste objetivo específico deverão ser executadas as seguintes ações:

I. Estudos sobre a execução de projetos visando atender ao múltiplo uso dos recursos hídricos

II. Criação e aperfeiçoamento de metodologias destinadas à certificação de obras hídricas

III. Estudos sobre metodologias e processos de gestão para obras hídricas

IV. Consolidação dos procedimentos estudados em manual operativo específico

V. Articulação e negociação com agentes financeiros, visando à incorporação dos procedimentos na análise da solicitação de investimentos

VI. Avaliação sistemática e aprimoramento dos mecanismos de incentivo à destinação de recursos ao financiamento das ações para implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos

MINUTA VERSÃO 10/10/2007

5.2. Parte 2 – Ações elegíveis no médio e longo prazos (até 2015, 2020)

Para os horizontes temporais de médio e longo prazos (2015 e 2020), as orientações para detalhamentos futuros deverão ser materializadas em cadernos quadrienais, tendo como base os resultados alcançados nos primeiros anos de implementação do Plano.

Contudo, destaca-se a existência de ações de duração continuada, presentes ao longo de todos os horizontes temporais de implementação do PNRH. Tais ações trazem subsídios ao processo de acompanhamento e monitoramento do Plano e às suas sucessivas revisões.

Assim, tomando como base a Parte 1 do presente subprograma, propõe-se:

I. Avaliação sistemática e aprimoramento dos mecanismos de incentivo à destinação de recursos ao financiamento das ações da Política Nacional de Recursos Hídricos

II. Elaboração relatório executivo ao final de cada ano, indicando ações mais imediatas, revisões de trajetória e o planejamento do ano subsequente

III. Consolidação dos resultados em cadernos quadrienais, indicando os avanços alcançados com a implementação do subprograma, sempre tendo as necessidades de revisões.

6. Metas

Conforme Quadro 1.

7. Indicadores de Monitoramento e Avaliação

Conforme Quadro 1

MINUTA VERSÃO 10/10/2007

Quadro 1 – Metas e Indicadores

Ações elegíveis no curto prazo do PNRH (até 2011)		Metas	Prazo	Indicadores
Bloco 1 – Fontes de receitas para investimentos em ações de cunho institucional e de infra-estrutura hídrica	I. Identificação de recursos primários	Identificar fontes de recursos primários (concretas e potenciais). Propor regulamentação e implantação de fontes de receitas (concretas e potenciais) apresentadas ao CNRH.	de 2008 a 2011	-Resoluções do CNRH/ Atas de reunião
	II. Identificação de recursos derivados	Analisar os instrumentos de penalização e de compensação.	de 2008 a 2009	-Relatório consolidado
		Propor mecanismos de transferência de recursos para o SINGREH.	de 2008 a 2011	-Estudos elaborados e consolidados em relatórios
	III. Fontes tradicionais: CEF e BNDES	Realizar levantamento e análise das fontes de investimentos tradicionais, internacionais e privadas.	de 2008 a 2010	-Relatório emitido
	IV. Identificação de recursos internacionais			
	V. Identificação de investimentos privados			
	VI. Contatos com fontes de financiamento	Realizar contatos com fontes de financiamento.	anualmente, a partir de 2008	-Reuniões estratégicas com fontes de financiamento
	VII. Cadastramento das fontes identificadas	Organizar base de dados com informações sobre as fontes de financiamento.	anualmente, a partir de 2008	-Cadastramento realizado e base de dados estruturada
	VIII. Avaliação e atualização sistemática das fontes para investimento	Avaliar as fontes de financiamento frente as oportunidades efetivas de apoio financeiro.	anualmente, a partir de 2009	-Relatório contendo indicações sobre a elevação de investimentos em recursos hídricos e as fontes associadas
	IX. Capacitação técnica e institucional das entidades do SINGREH e de agentes financiadores de projetos em recursos hídricos	Planejar e realizar um processo de capacitação das entidades do SINGREH para se habilitar a recursos nas fontes identificadas.	anualmente, a partir de 2009	-Relatório de planejamento -Treinamentos realizados
		Preparar uma agenda e realizar treinamentos de agentes financiadores	anualmente, a partir de 2009	-Agenda preparada

MINUTA VERSÃO 10/10/2007

Ações elegíveis no curto prazo do PNRH (até 2011)		Metas	Prazo	Indicadores
		para subsidiá-los na análise e aprovação de programas e projetos relacionados aos recursos hídricos.		-Treinamentos realizados
Bloco 2 – Proposta de estruturação de linhas de crédito	I. Identificação dos obstáculos relativos à obtenção de recursos por parte dos setores demandantes	Definir formas para identificar as dificuldades encontradas para obtenção de recursos por parte dos setores e segmentos que atuam na área de recursos hídricos. Estabelecer propostas e medidas para superar as dificuldades identificadas.	de 2008 a 2009	-Relatório elaborado
	II. Análise, dimensionamento e quantificação da demanda de investimentos em recursos hídricos	Desenvolver estudos e propor mecanismos para quantificar a demanda de investimentos em recursos hídricos.	anualmente, a partir de 2008	-Relatórios elaborados
	III. Proposição de critérios "hídricos" a serem incorporados como condicionantes nas linhas de financiamento público e privado	Desenvolver estudos voltados para a definição de Critérios Hídricos incorporados nas linhas de financiamento.	de 2008 a 2009	-Critérios hídricos inseridos nas linhas de financiamento
	IV. Proposição de mecanismos de indução à aplicação dos recursos da União, das Unidades Federadas, dos municípios e dos setores usuários na gestão de recursos hídricos	Definir mecanismos que induzam à aplicação de recursos em gestão de recursos hídricos.	de 2008 a 2009	-Elevação de investimentos em recursos hídricos
	V. Proposição de mecanismos de aplicação dos recursos do CT-HIDRO na implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos	Apresentar propostas ao CT-HIDRO para aplicação de recursos na implementação da Política de Recursos Hídricos.	de 2008 a 2009	-Reuniões entre a Câmara Técnica de Ciência e Tecnologia do CNRH (atas e documentos resultantes) -Editais divulgados
Bloco 3 – Projetos Sustentáveis	I. Estudos sobre a execução de projetos visando atender ao múltiplo uso dos recursos hídricos	Promover a execução de projetos hídricos sustentáveis	de 2008 a 2009	-Relatórios apresentados
	II. Criação e aperfeiçoamento de metodologias destinadas à certificação de obras hídricas		de 2008 a 2009	-Relatórios contendo os estudos sobre certificação

MINUTA VERSÃO 10/10/2007

Ações elegíveis no curto prazo do PNRH (até 2011)		Metas	Prazo	Indicadores
	III. Estudos sobre metodologias e processos de gestão para obras hídricas		de 2008 a 2009	-Relatórios contendo os resultados dos estudos sobre metodologias e processos de gestão para obras hídricas
	IV. Consolidação dos procedimentos estudados em manual operativo específico		de 2008 a 2009	-Manual elaborado e publicado
	V. Articulação e negociação com agentes financeiros, visando à incorporação dos procedimentos na análise da solicitação de investimentos.		2009 a 2010	-Reuniões realizadas -Atas de reuniões
	VI. Avaliação sistemática e aprimoramento dos mecanismos de incentivo à destinação de recursos ao financiamento das ações para implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos		anualmente a partir de 2010	-Número de projetos desenvolvidos tendo como base os critérios definidos -Número de instituições financeiras que adotaram os critérios definidos -Relatórios anuais contendo os resultados das avaliações, bem como as propostas de aprimoramento

8. Executores e Intervenientes

A ANA e a SRHU/MMA como instituição executora e SRHU/MMA e órgãos gestores estaduais atuarão como instituições intervenientes; instituições nacionais e internacionais de fomento e as agências de água serão importantes instituições parceiras.

Celebração de acordos de cooperação com diversas entidades representativas como a CNI e, principalmente, com a CEF e com o BNDES.

O estabelecimento de parcerias com os Organismos Multilaterais também será importante, uma vez que propiciará a realização de estudos de interesse comum.

9. Preços e Fontes de Recursos

A ANA e o MMA, por meio da SRHU, são os principais órgãos federais com competências relacionadas à gestão dos recursos hídricos, bem como a conservação, recuperação e uso racional da água, contemplando os principais programas e ações do governo federal voltados à gestão dos recursos. É imperativo, portanto, que parte dos recursos destinados a estes órgãos considerem as ações previstas neste Subprograma.

Deve-se considerar também os recursos oriundos de contrapartidas dos estados e do Distrito Federal por atividades desenvolvidas no âmbito de Convênios de Cooperação e de Integração celebrados entre estes e o MMA e a ANA.

São importantes também os aportes financeiros oriundos de financiamentos e doações externas, onde pode-se destacar: Banco Mundial, Banco Interamericano de Desenvolvimento e Fundo Global para o Meio Ambiente, entre outros. Incentivos também podem vir de parcerias com organismos internacionais, associações, federações, sindicatos, ONG's e OSCIP's.

As atividades que serão desenvolvidas no período 2012-2020 terão preços e fontes de recursos definidas em função das revisões do PNRH e do PPA, previstas para 2011.

O Quadro 2 sistematiza os preços e fontes de recursos, até o ano de 2011, para cada uma das ações que integra o subprograma.

10. Cronograma Físico de Execução

O Cronograma de execução para o período de curto prazo (2008 a 2011) está apresentado na Figura 1.

MINUTA VERSÃO 10/10/2007

Quadro 2 – Preços e Fontes de Recursos

Ações elegíveis no curto prazo do PNRH (até 2011)		VALOR (R\$ 1.000,00)	FONTE
Bloco 1 – Fontes de receitas para investimentos em ações de cunho institucional e de infraestrutura hídrica	I. Identificação de recursos primários	1.480	SRHU, ANA, ESTADOS,
	II. Identificação de recursos derivados	550	SRHU, ANA, ESTADOS,
	III. Fontes tradicionais: CEF e BNDES	500	SRHU, ANA, ESTADOS, BNDES, CEF, CNI, CNA, BIRD, BID
	IV. Identificação de recursos internacionais		
	V. Identificação de investimentos privados		
	VI. Contatos com fontes de financiamento		
	VII. Cadastramento das fontes identificadas		
	VIII. Avaliação e atualização sistemática das fontes para investimento	200	SRHU, ANA, ESTADOS, AGÊNCIAS
	IX. Capacitação técnica e institucional das entidades do SINGREH e de agentes financiadores de projetos em recursos hídricos	400	SRHU, ANA, BID, BIRD
Bloco 2 – Proposta de estruturação de linhas de crédito	I. Identificação dos obstáculos relativos à obtenção de recursos por parte dos setores demandantes	300	SRHU, ANA, ESTADOS, BNDES, CEF, CNI, CNA, BIRD, BID
	II. Análise, dimensionamento e quantificação da demanda de investimentos em recursos hídricos	200	SRHU, ANA, ESTADOS, BNDES, CEF, CNI, CNA, BIRD, BID
	III. Proposição de critérios "hídricos" a serem incorporados como condicionantes nas linhas de financiamento público e privado	400	SRHU, ANA, ESTADOS, BNDES, CEF, CNI, CNA, BIRD, BID
	IV. Proposição de mecanismos de indução à aplicação dos recursos da União, das Unidades Federadas, dos municípios e dos setores usuários na gestão de recursos hídricos		
	V. Propor mecanismos de aplicação dos recursos do CT-HIDRO na implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos	100	SRHU, ANA, ESTADOS, AGÊNCIAS
Bloco 3 – Projetos Sustentáveis	I. Estudos sobre a execução de projetos visando atender ao múltiplo uso dos recursos hídricos	200	SRHU, ANA, ESTADOS, AGÊNCIAS
	II. Criação e aperfeiçoamento de metodologias destinadas à certificação de obras hídricas;	200	SRHU, ANA, ESTADOS, AGÊNCIAS, BIRD, BID
	III. Estudos sobre metodologias e processos de gestão para obras hídricas;	200	SRHU, ANA, ESTADOS, AGÊNCIAS, BIRD, BID
	IV. Consolidação dos procedimentos estudados em manual operativo específico;	200	SRHU, ANA, ESTADOS
	V. Articulação e negociação com agentes financeiros, visando à incorporação dos procedimentos na análise da solicitação de investimentos.	300	SRHU, ANA

MINUTA VERSÃO 10/10/2007

Ações elegíveis no curto prazo do PNRH (até 2011)		VALOR (R\$ 1.000,00)	FONTE
	I. Identificação de recursos primários	1.480	SRHU, ANA, ESTADOS,
	VI. Avaliação sistemática e aprimoramento dos mecanismos de incentivo à destinação de recursos ao financiamento das ações para implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos	400	SRHU, ANA
TOTAL		5.630	

Figura 1- Cronograma Físico de Execução

Ações elegíveis no curto prazo do PNRH (até 2011)		ANOS			
		2008	2009	2010	2011
Bloco 1 – Fontes de receitas para investimentos em ações de cunho institucional e de infra-estrutura hídrica	I. Identificação de recursos primários				
	II. Identificação de recursos derivados				
	III. Fontes tradicionais: CEF e BNDES				
	IV. Identificação de recursos internacionais				
	V. Identificação de investimentos privados				
	VI. Contatos com fontes de financiamento				
	V. Cadastramento das fontes identificadas				
	VI. Avaliação e atualização sistemática das fontes para investimento				
Bloco 2 – Proposta de estruturação de linhas de crédito	VII. Capacitação técnica e institucional das entidades do SINGREH e de agentes financiadores de projetos em recursos hídricos				
	I. Identificação dos obstáculos relativos à obtenção de recursos por parte dos setores demandantes				
	II. Análise, dimensionamento e quantificação da demanda de investimentos em recursos hídricos				
	III. Proposição de critérios "hídricos" a serem incorporados como condicionantes nas linhas de financiamento público e privado				
	IV. Proposição de mecanismos de indução à aplicação dos recursos da União, das Unidades Federadas, dos municípios e dos setores usuários na gestão de recursos hídricos				
Bloco 3 – Projetos Sustentáveis	V. Propor mecanismos de aplicação dos recursos do CT-HIDRO na implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos				
	I. Estudos sobre a execução de projetos visando atender ao múltiplo uso dos recursos hídricos				
	II. Criação e aperfeiçoamento de metodologias destinadas à certificação de obras hídricas				
	III. Estudos sobre metodologias e processos de gestão para obras hídricas				
	IV. Consolidação dos procedimentos estudados em manual operativo específico				

MINUTA VERSÃO 10/10/2007

Ações elegíveis no curto prazo do PNRH (até 2011)	ANOS			
	2008	2009	2010	2011
V. Articulação e negociação com agentes financeiros, visando à incorporação dos procedimentos na análise da solicitação de investimentos				
VI. Avaliação sistemática e aprimoramento dos mecanismos de incentivo à destinação de recursos ao financiamento das ações para implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos				